

CENTRO UNIVERSITÁRIO DE LAVRAS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

PORTFÓLIO ACADÊMICO

**REVITALIZAÇÃO DO CASARÃO BONSERÁ DO MADEIRA: UM CAMINHO
PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL DE
LAVRAS**

VITÓRIA CARNEIRO

LAVRAS-MG
2025

VITÓRIA CARVALHO CARNEIRO

**REVITALIZAÇÃO DO CASARÃO BONSERÁ DO MADEIRA: UM CAMINHO
PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL DE
LAVRAS**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro
Universitário de Lavras, como parte das
exigências da disciplina Habilidades
Vocacionais, curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

ORIENTADORA

Prof^ª Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

**LAVRAS-MG
2025**

VITÓRIA CARVALHO CARNEIRO

**REVITALIZAÇÃO DO CASARÃO BONSERÁ DO MADEIRA: UM CAMINHO
PARA A VALORIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO E IDENTIDADE CULTURAL DE
LAVRAS**

Portfólio Acadêmico apresentado ao Centro
Universitário de Lavras, como parte das
exigências da disciplina Metodologia da
Pesquisa II, curso de graduação em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em 18/11/2025

ORIENTADORA

Prof^a Ma. Janaina Faleiro Lucas Mesquita

**LAVRAS-MG
2025**

Ficha Catalográfica preparada pelo Setor de Processamento Técnico da Biblioteca
Central do UNILAVRAS

C289r Carneiro, Vitória Carvalho.
Revitalização do casarão Bonserá do Madeira: um caminho para a
valorização do patrimônio e identidade cultural de Lavras. /
Vitória Carvalho Carneiro. – Lavras: Unilavras. 2025.

106f.: il.

Portfólio acadêmico (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) –
Unilavras, Lavras, 2025.

Orientador: Prof^a. Janaina Faleiro Lucas Mesquita.

1. Patrimônio. 2. Preservação. 3. Requalificação. 4. Lavras. I.
Mesquita, Janaina Faleiro Lucas. (Orient.). II. Título.

Dedico este trabalho a Deus —
ao Deus que habita as coisas, a vida, os
encontros.
Ao Deus que brilha na estrada que percorro,
nos olhares que cruzo,
nas viagens que me transformam,
nas culturas que me tocam.
Ao Deus que me sussurra, na brisa do
vento,
que estou exatamente onde devo estar.

AGRADECIMENTOS

Sinto que a Arquitetura é o meu lugar no mundo e acredito que as coisas acontecem como devem ser — quando fazemos a nossa parte. Nos meus estudos, sairei com a paz de quem deu o melhor de si e com a certeza de que serei uma eterna aprendiz.

Assim, agradeço:

A Deus, que sinto nas pessoas, nas belezas das coisas, na simplicidade da vida. A cada lugar para onde Ele me levou e onde pude me sentir viva.

À minha mãe, Adriana, por todos os “vamos dar um jeito” que já me disse. Por ser minha base, meu porto seguro, minha família.

Aos meus amigos — os de longa data e os que a vida trouxe mais recentemente, mas que marcaram a minha trajetória. Mesmo sendo filha única, ganhei grandes irmãos nessa jornada. Vocês deram cor, deram vida à minha vida!

Ao mestre Renato, que, mais do que no sentido acadêmico, é mestre em humildade e inteligência. Professor, meu respeito e gratidão são gigantes por cada ensinamento. Obrigada por sempre estender a mão e acreditar em mim!

Ao meu psicólogo, Luis, por me encorajar a ser quem eu sou, por me ajudar nos momentos mais difíceis e por ter feito da terapia o meu abrigo. Obrigada por ser esse profissional incrível.

Às minhas grandes chefonas, Cecília Gontijo e Camila Leite, por me ensinarem não apenas sobre a profissão, mas também sobre como ser mulher, forte e à frente do nosso tempo.

A Peter e Jéssica, obrigada pela oportunidade de estudar a arquitetura tradicional, vocês deram um novo sentido ao meu trabalho.

Aos meus professores e à minha orientadora, pelos ensinamentos.

Ao Centro Universitário de Lavras, que me permitiu estudar por meio da bolsa integral por mérito, tornando possível a realização deste sonho.

À felicidade e ao medo, mas, acima de tudo, à coragem. Coragem para ser quem eu quero ser. Coragem para levar adiante o Bom, o Belo e o Verdadeiro por meio do meu trabalho como Arquiteta e Urbanista.

“Creio que, se os homens vivessem de fato como homens, suas casas seriam templos – templos que nós nunca nos atreveríamos a violar e que nos fariam sagrados se nos fosse permitido morar neles”.

RUSKIN, 1849

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1: Mapa da mesorregião do Campo das Vertentes, sendo indicados os municípios de Lavras e São João Del Rei.
- Figura 2: Mapa pontuando as cidades de Lavras, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.
- Figura 3: Mapa de localização do MHAB no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.
- Figura 4: Escada interna inserida no edifício.
- Figura 5: Organização espacial do casarão.
- Figura 6: Mapa de localização da Fundação Casa de Rui Barbosa no bairro, cidade e país.
- Figura 7: Mapa com Jardim Histórico em destaque, década de 1940.
- Figura 8: Vista superior esquemática da Fundação Casa de Rui Barbosa (jardim).
- Figura 9: Setorização dos ambientes temáticos do museu e planta baixa da área íntima.
- Figura 10: Planta baixa da área social e da área de serviço.
- Figura 11: Mapa de localização do Haras Narciso no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.
- Figura 12: Implantação da Fazenda Narciso.
- Figura 13: Planta baixa da casa principal, identificada pelo número 1 na implantação, com setorização dos ambientes.
- Figura 14: Croqui da fachada lateral e frontal, respectivamente, da Fazenda Narciso.
- Figura 15: Mapa de localização do Museu Nacional do Mangalarga Marchador no bairro, na cidade e no país (direita para a esquerda).
- Figura 16: Mapa de localização do Casarão na zona rural de Lavras, na cidade, no estado e no país.
- Figura 17: Mapa com rotas de acesso ao casarão Bonserá do Madeira com demarcação dos pontos de ônibus da linha Niterói 3842.
- Figura 20: Mapa hipsométrico e topográfico de Lavras e do Bonserá do Madeira.
- Figura 21: Planta do terreno com curvas de nível e indicação do trajeto solar
- Figura 22: Cortes transversais Aa e Bb reforçando a declividade suave do terreno.
- Figura 23: Ventilação e Carta Solar.
- Figura 24: Mapa de arborização em um raio de 300 metros a partir do Casarão Bonserá do Madeira.
- Figura 25: Espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira

Figura 26: Discriminação das espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira

Figura 27: Discriminação das espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira

Figura 28: Mapa de cheios e vazios

Figura 29: Mapa de uso, ocupação e gabarito das edificações existentes

Figura 26: Mapa de pontos de interesse

Figura 27: Mapa de danos – Vista frontal (fachada oeste) do casarão Bonserá do Madeira

Figura 28: Mapa de danos – Vista fundos (fachada leste) do casarão Bonserá do Madeira

Figura 29: Mapa de danos – Vista lateral (fachada sul) do casarão Bonserá do Madeira

Figura 28: Mapa de danos – Vista lateral (fachada norte) do casarão Bonserá do Madeira

Figura 29: Zoneamento de Lavras de 2022

LISTA DE IMAGENS

- Imagem 1: Fazenda Mato Dentro, atualmente denominada Bonserá do Madeira.
- Imagem 2: Acesso ao subsolo.
- Imagem 3: Local de possível ampliação posterior à construção inicial.
- Imagem 4: Foto da antiga sede da Fazenda do Leitão.
- Imagem 5: Sede da antiga Fazenda Velha do Leitão após restauração.
- Imagem 6: Anexo contemporâneo em vidro do Museu Histórico de Abílio Barreto.
- Imagem 7: Bonde elétrico, acervo externo do Museu Abílio Barreto.
- Imagem 8: Fotografia tirada entre 1924 e 1930 da residência.
- Imagem 9: Fachada da Fundação Casa de Rui Barbosa com elementos neoclássicos.
- Imagem 10: Gabinete gótico e sala Maria Augusta.
- Imagem 11: Sala de visitas com painéis de madeira para compartimentação e direcionamento do fluxo.
- Imagem 12: Sala de jantar com sinalização em placas informativas.
- Imagem 13: Biblioteca da Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Imagem 14: Itens pessoais de Rui Barbosa em exposição.
- Imagem 15: Fachada da Fazenda Narciso.
- Imagem 16: Cunhal e beiral da Fazenda Narciso antes da reforma.
- Imagem 17: Telefone antigo presente no casarão da Fazenda Narciso.
- Imagem 18: Quarto com mobiliário em madeira maciça de época, associado à presença de televisão, indicando a integração entre tradição e funcionalidade contemporânea.
- Imagem 19: Sala principal com mobiliário histórico e equipamentos contemporâneos, evidenciando a convivência entre passado e presente.
- Imagem 20: Fotografia aérea da propriedade, evidenciando o caráter múltiplo do local.
- Imagem 21: Registro de uma das áreas destinadas à criação de cavalos.
- Imagem 22: Fachada do Museu Nacional do Mangalarga Marchador.
- Imagem 23: Casarão implantado diretamente sobre o alinhamento do passeio público, conforme tipologia urbana característica do período colonial.
- Imagem 24: Detalhe da parede original do casarão em pau-a-pique.
- Imagem 25: Pátio central do Museu Nacional do Mangalarga Marchador.
- Imagem 26: Sala Fazendas Pilares e sala Feiras e Reconhecimento do Museu Nacional do Mangalarga Marchador.

Imagem 27: Acesso à propriedade a partir da rodovia Zito de Abreu.

Imagem 28: Fundos do casarão, evidenciando as machas de umidade presentes nessa fachada.

Imagem 30: Fachada sul, evidenciando os vidros faltantes ou quebrados

LISTA DE QUADROS

Tabela 1: Conformidades de Uso e Ocupação do Solo Urbano

Tabela 2: Parâmetros urbanísticos

LISTA DE ABREVIATURAS E SÍMBOLOS

ABCCMM: Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador

AC: Admitido sob Condições

ALMG: Assembleia Legislativa de Minas Gerais

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BR: Rodovia Federal (ex.: BR-265)

CA: Coeficiente de Aproveitamento

FCRB: Fundação Casa de Rui Barbosa

IEPHA/MG: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MHAB: Museu Histórico Abílio Barreto

ONU: Organização das Nações Unidas

PNAD Contínua: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

SIAV: (Possível sigla de uma atividade produtiva ou instalação mencionada; sem definição explícita no trecho)

TO: Taxa de Ocupação

TP: Taxa de Permeabilidade

UFLA: Universidade Federal de Lavras

ZAE: Zona de Atividades Econômicas

Sumário

1	REVISÃO DE LITERATURA	15
1.1	História de lavras e do casarão Bonserá do Madeira.....	15
1.1.1	Evolução Histórica Da Cidade	15
1.1.2	Origem, transformações e relevância do casarão	17
1.2	Patrimônio cultural e educação.....	21
1.2.1	Conceitos e importância da preservação	21
1.2.2	Estratégias educativas e participação comunitária	22
1.3	Técnicas de revitalização.....	23
1.3.1	Métodos de conservação e restauro arquitetônico.....	23
1.3.2	Adaptação para acessibilidade e novas tecnologias	27
1.4.1	Turismo, impactos econômicos e engajamento social.....	29
2.	ESTUDOS DE CASO	32
2.1	Museu histórico Abílio Barreto	33
2.1.1	Histórico da musealização	34
2.1.2	Relevância para a Proposta Projetual	35
2.1.3	Fluxos, Circulação e Acessibilidade.....	37
2.1.4	Exposições e Função Contemporânea	38
2.1.5	Considerações Finais: Análise Crítica.....	38
2.1	Fundação casa de Rui Barbosa	39
2.2.1	Histórico da musealização	40
2.2.2	Relevância para a Proposta Projetual	42
2.2.3	Fluxos, Circulação e Acessibilidade.....	44
2.2.4	Exposições e Função Contemporânea	47
2.2.5	Considerações Finais: Análise Crítica.....	48
2.3	Fazenda Narciso	48
2.3.1	Histórico da musealização	49
2.3.2	Relevância para a Proposta Projetual	50
2.3.3	Fluxos, Circulação e Acessibilidade.....	51
2.3.4	Exposições e Função Contemporânea	55
2.3.5	Considerações Finais: Análise Crítica.....	58
2.4	Museu nacional do mangalarga machador	59
2.4.1	Histórico da musealização	60
2.4.2	Relevância para a proposta projetual.....	62
2.4.3	Fluxos, Circulação e Acessibilidade.....	63
3.4.4	Exposições e Função Contemporânea	65
3.4.5	Considerações Finais: Análise Crítica.....	67
3	PROBLEMÁTICA	69
4	JUSTIFICATIVA	72
5	OBJETIVOS.....	73
6	DIRETRIZES PROJETUAIS.....	74
7	CONCLUSÃO.....	95

RESUMO

Este trabalho apresenta diretrizes projetuais para a requalificação do Casarão Bonserá do Madeira, edificação histórica de 1753 situada em Lavras, Minas Gerais. O estudo evidencia a relevância cultural, histórica e arquitetônica do imóvel representativo do período colonial e aponta a ausência de políticas públicas adequadas para sua preservação.

A proposta baseia-se na análise arquitetônica e histórica do casarão, destacando seus elementos formais e construtivos. Fundamenta-se na arquitetura tradicional e na educação patrimonial, com o objetivo de orientar intervenções que respeitem sua autenticidade e promovam sua valorização.

As diretrizes sugeridas visam garantir a conservação do imóvel e sua adaptação a novos usos, fortalecendo a identidade local, promovendo o turismo cultural e estimulando o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: patrimônio; preservação; requalificação; arquitetura tradicional; Lavras.

ABSTRACT

The present study proposes design guidelines for the requalification of Casarão Bonserá do Madeira, a historic colonial building constructed in 1753, located in Lavras, Minas Gerais, Brazil. The research highlights the building's architectural, cultural, and historical significance and addresses the lack of effective public policies for its preservation.

An architectural and historical analysis of the property underpins the proposal, focusing on its formal and constructive characteristics. The study draws on principles of traditional architecture and heritage education to guide interventions that respect authenticity and enhance cultural value.

The guidelines aim to ensure the building's conservation while allowing adaptive reuse, thereby reinforcing local identity, fostering cultural tourism, and contributing to sustainable development.

Keywords: heritage preservation; adaptive reuse; traditional architecture; cultural identity; Lavras.

INTRODUÇÃO

O patrimônio cultural compreende um conjunto de bens materiais e imateriais que expressam a memória e os valores de uma sociedade. Sua preservação contribui para manutenção das tradições e o fortalecimento dos vínculos entre passado e presente (CHOAY, 2001). Por meio da arquitetura, dos saberes populares, das manifestações culturais e das edificações históricas, é possível compreender a trajetória de um povo e a construção de suas identidades ao longo do tempo.

Nesse contexto, a preservação patrimonial desempenha um papel essencial no sentimento de pertencimento da população em relação ao seu território. A cidade de Lavras, Minas Gerais, apesar de seu reconhecido papel como polo educacional, apresenta um quadro preocupante de negligência em relação ao seu patrimônio histórico-cultural. A ausência de tombamento de edificações relevantes, a fragilidade das políticas de preservação e o desinteresse da população pela própria história têm favorecido a descaracterização e até mesmo a demolição de bens significativos (MESSIAS et al., 2020). Diante disso, questiona-se: como despertar o interesse da população pelo patrimônio histórico de Lavras e fortalecer o sentimento de pertencimento à sua história?

A partir dessa reflexão, tem-se como objeto o Casarão Bonserá do Madeira, edificação datada de 1753 e de expressivo valor histórico-cultural para o município. O trabalho propõe a formulação de diretrizes projetuais para sua requalificação, com vistas à preservação de sua integridade arquitetônica, à ressignificação do espaço como centro cultural e educativo, e à sua integração ativa na dinâmica urbana atual. A proposta fundamenta-se nos princípios da arquitetura tradicional, associados às práticas contemporâneas de revitalização.

Para isso, o trabalho será estruturado da seguinte maneira: inicialmente, será apresentado um referencial bibliográfico sobre a história da cidade de Lavras e do Casarão Bonserá do Madeira, além de conceitos relacionadas ao patrimônio cultural e à educação, técnicas de revitalização e a relação entre patrimônio e desenvolvimento local. Em seguida, serão analisados estudos de caso que fornecerão embasamento técnico e executivo para a proposta, contemplando o Museu Abílio Barreto, a Casa Rui Barbosa, a Fazenda Narciso e o Museu do Mangalarga Marchador. Por fim, serão discutidas as diretrizes projetuais, por meio da análise e diagnóstico do entorno da área de intervenção e dos parâmetros urbanísticos da área, os quais nortearão o projeto de revitalização do Casarão Bonserá do Madeira.

para a Serra de Carrancas, onde se instalaram às margens do Rio Capivari, próximo à atual região de Itumirim. Segundo Jacy de Souza Lima (1968), entre os refugiados estava Francisco Bueno da Fonseca, que posteriormente retornou a São Paulo e liderou uma revolta contra o desembargador português Antônio da Cunha Souto Maior, tornando-se indesejado pelas autoridades locais (Nemeth-Torres, 2012). Como consequência, em 1712, regressou à região de Carrancas acompanhado de sua família e de outros sertanistas da Vila de Santana de Parnaíba, fixando-se nas proximidades dos rios Capivari e Grande (Prefeitura Municipal de Lavras, 2020).

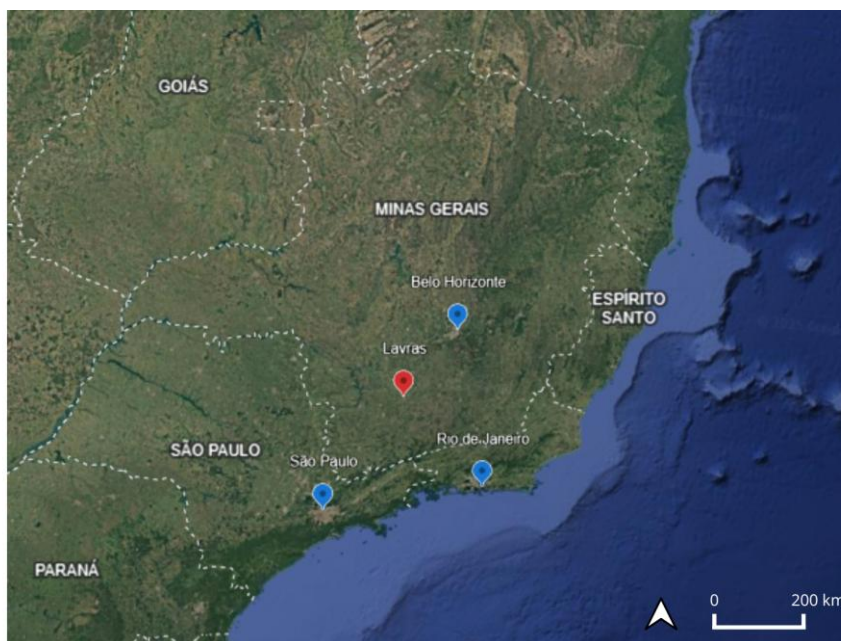
O ouro foi encontrado em abundância na região, destacando-se a lavra Real Grandeza, situada nas proximidades da Fazenda do Madeira, propriedade da família Bueno da Fonseca (Batista, 2023). Em 1729, a localidade, então um arraial, recebeu a denominação de “Campos de Santana do Funil”. O crescimento demográfico impulsionou a transferência da sede paroquial para a região, que já contava com aproximadamente 1.000 habitantes em 1760, o dobro da população de Carrancas. Posteriormente, em 1813, o arraial foi elevado à condição de freguesia, com uma população de 10.612 habitantes; em 1831, obteve o status de vila; e, em 1868, foi alçada à categoria de cidade, passando a denominar-se Lavras (Prefeitura Municipal de Lavras, 2020).

Nos séculos XIX e XX, o município experimentou um crescimento significativo em diversos setores, com destaque para a implantação de vias fluviais e ferroviárias, além da instalação de uma linha de bondes, um diferencial entre as cidades interioranas (Prefeitura Municipal De Lavras, 2020). Nesse período, foram estabelecidos importantes centros educacionais, como a Escola Agrícola de Lavras (atual Universidade Federal de Lavras - UFLA), o Instituto Presbiteriano Gammon e o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, além do Externato Municipal, primeira instituição de ensino subsidiada pelo poder público local (Németh-Torres, 2011). Outros educandários de relevância foram o Colégio Azarias Ribeiro e o Colégio Firmino Costa, os quais contribuíram para a consolidação do lema “Cidade dos Ipês e das Escolas”, inspirado em um poema publicado em 1979 no jornal *A Gazeta*, de autoria de Jorge Duarte (Németh-Torres, 2011).

Atualmente, Lavras está situada no sul de Minas Gerais e ocupa uma posição geográfica estratégica, conectando-se a três grandes capitais (ver figura 2): Belo Horizonte (240 km), São Paulo (380 km) e Rio de Janeiro (425 km). Em 2022, sua população era de 104.761 habitantes (IBGE, 2022). O município se destaca como um polo comercial regional, mas sua principal

projeção externa decorre da estrutura educacional, que atende aproximadamente 60.000 estudantes nos níveis básico, técnico e superior (UFLA, 2023).

Figura 2: Mapa pontuando as cidades de Lavras, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro.



Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2025.

1.1.2 Origem, transformações e relevância do casarão

A origem da Fazenda Mato Dentro está intimamente ligada à história de Lavras, já que sua construção ocorreu por volta da mesma época em que os Buenos da Fonseca, fundadores do arraial, chegaram à região. A edificação está localizada nas proximidades da antiga residência dessa família, ambas na atual Rodovia Zito de Abreu, conhecida como Estrada do Madeira, o que torna a trajetória da cidade entrelaçada com a desse casarão histórico (Batista, 2023). A fazenda foi estabelecida no final do século XVIII por Gaspar José de Abreu, imigrante da freguesia de Freixo de Baixo, no arcebispado de Braga, Portugal. Filho de João Carvalho Coutinho e Josepha de Abreu, ele se fixou em uma vasta área de mata fechada, fato que influenciou diretamente a escolha do nome da propriedade

Gaspar casou-se com D. Marianna Clara do Nascimento, que faleceu em 1809. Sem herdeiros diretos, seus bens foram transmitidos aos sobrinhos, entre eles o Capitão Antônio José de Abreu. Ele, por sua vez, casou-se com D. Mariana Benedita da Fonseca e assumiu a propriedade no século XIX, consolidando sua posse e ampliando sua influência na região (Vilela, 2014).

A sede da fazenda foi projetada em um eixo leste-oeste, com as laterais voltadas para a nascente. Entre as melhorias feitas na propriedade após sua data de construção, destacam-se os muros de pedra que emolduravam a casa-grande, cuja parte posterior ficava voltada para as margens do Ribeirão Vermelho. Além disso, a fazenda estava próxima ao Córrego do Gambá e ao Córrego dos Ouros, ambos afluentes do Ribeirão Vermelho (Vilela, 2014).

No final do século XVIII, a Fazenda Mato Dentro abrangia vastas terras situadas à margem esquerda do Rio Grande, caracterizando-se como um grande latifúndio. Ao longo do século XIX, diversas partes da propriedade foram desmembradas, dando origem a novas fazendas, como a Fazenda da Laje, a Fazenda do Bicudo e a Fazenda do Angola. Além dessas, formaram-se núcleos rurais conhecidos como Taboas, Passa Tempo, Saudade, Cana do Reino e Jacuba. Um evento marcante para a região foi a inauguração da Navegação do Rio Grande, em 1880, o que atraiu novos investidores e colonizadores para a foz do Ribeirão Vermelho, dentro do contexto do Brasil Imperial (Vilela, 2014).

A Fazenda Mato Dentro também foi lar de importantes figuras históricas de Lavras. O Major Joaquim Antônio de Abreu, filho do Capitão Antônio José de Abreu e de D. Mariana Benedita, destacou-se como um benfeitor local, contribuindo para a construção de instituições relevantes, como a Santa Casa de Misericórdia, a Casa de Instrução e o Teatro Municipal de Lavras (Vilela, 2014).

Entre outros nomes ligados à fazenda, destaca-se Mariana Benedita de Abreu, que se casou com Romão Custódio Pereira Neto, proprietário da Fazenda do Angola. Também merece menção Lindolpho Caetano de Abreu, que possuía extensas terras na Serra da Jacuba. No final do século XIX, José Pereira da Silva, casado com D. Ana Ludovina de Abreu, aparece como residente na sede da fazenda, sendo patriarca de uma grande família (Vilela, 2014).

Após o falecimento de D. Ana Custódia do Nascimento, em 21 de março de 1910, seus descendentes assumiram a herança, que incluía a casa-sede, terras e benfeitorias da Fazenda Mato Dentro (Vilela, 2014).

Ao longo dos anos, a fazenda passou por diferentes proprietários e sofreu adaptações estruturais, preservando, entretanto, elementos arquitetônicos originais de grande valor histórico (ver imagem 1). As esquadrias, janelas e portas são confeccionadas em madeira maciça, enquanto as paredes externas, construídas com a técnica de taipa de pilão, possuem cerca de 50 cm de espessura. Algumas áreas da casa ainda preservam o piso original, e o

acesso ao subsolo permanece disponível, a função primitiva desse espaço é incerta, mas há indícios de que tenha sido utilizado para armazenagem de materiais ou, possivelmente, como local de confinamento de pessoas escravizadas (ver imagem 2).

Imagem 1: Fazenda Mato Dentro, atualmente denominada Bonserá do Madeira.



Fonte: Produzido pela autora (2025)

Imagem 2: Acesso ao subsolo.



Figura 4: Acesso ao subsolo. Fonte: produzida pela autora, 2025

No ano de 2024, seu telhado foi substituído, mas as telhas originais foram preservadas. Também se observa uma possível ampliação posterior na estrutura (ver imagem 3) que, apesar de manter a estética predominante, apresenta paredes de menor espessura. Além disso, o desenho das janelas, embora semelhante ao das originais, não seguem o mesmo padrão. O local ainda preserva vestígios arqueológicos, como muros de pedra e antigos caminhos da Estrada Real.

Imagem 3: Local de possível ampliação posterior a construção inicial.



Fonte: produzida pela autora, 2025.

O casarão estabelece um elo entre o período colonial e a atualidade. Apesar de sua relevância histórica, a Fazenda Mato Dentro ainda não é amplamente reconhecida pela população local, sendo que a ausência de tombamento oficial reflete essa falta de visibilidade (Carta Patrimonial De Lavras, 2022).

Sob a gestão da Associação Mineira de Cultura e Educação Patrimonial (AMCEP), a partir de 2020, o espaço interno foi reorganizado para abrigar uma biblioteca, uma brinquedoteca, uma sala de projeção para exibição de filmes e palestras, uma sala de Coro e Orquestra Popular e o Museu Rural. No entanto, observa-se que a edificação apresenta sinais de deterioração, evidenciando a necessidade de intervenções voltadas à sua conservação e restauro. Ações de manutenção são fundamentais para garantir a integridade do patrimônio, evitando a perda de elementos arquitetônicos originais e assegurando condições adequadas para as atividades culturais desenvolvidas no local.

O espaço, apesar das limitações estruturais, permanece aberto ao público, incentivando a leitura e oferecendo oficinas de música e produção audiovisual, além de apresentações e seminários sobre a cultura tradicional de Lavras e do Campo das Vertentes.

1.2 Patrimônio cultural e educação

1.2.1 Conceitos e importância da preservação

Conforme o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o patrimônio cultural abrange tanto elementos materiais quanto imateriais que possuem relevância para a memória coletiva, desempenhando um papel fundamental na consolidação das raízes culturais de um povo (IPHAN, 2014). A preservação desses bens é essencial para fortalecer a conexão das comunidades com sua história e ancestralidade, além de contribuir para o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento coletivo (Florêncio, 2016).

Além disso, a Constituição Federal de 1988, nos artigos 215 e 216, garante o direito à memória tanto em âmbito individual quanto coletivo (Dantas, 2010, p. 51). O Ministério da Educação (MEC, 1999) também a reconhece como um direito fundamental, vinculando-a à identidade cultural, ao exercício da cidadania e às políticas de proteção do patrimônio. Isso pois está intrinsecamente relacionada à valorização das origens, das tradições e do legado histórico de uma sociedade (Dimenstein, 2017).

Os bens materiais que integram o patrimônio cultural atuam como uma ponte entre o passado e o presente, garantindo a preservação da identidade social e servindo de referência diante do fenômeno da "desterritorialização". Esse conceito se refere ao impacto do avanço tecnológico e da padronização do consumo, que frequentemente introduzem valores culturais deslocados de seus contextos originais, resultando na perda de elementos identitários locais (Coeli, 2011). A globalização e a digitalização das referências culturais intensificam esse processo, gerando efeitos significativos em diversas sociedades e culturas (Mariuzzo, 2003).

Como efeito, os indivíduos acabam se desvinculando de suas raízes, e a falta de reconhecimento desse patrimônio reflete diretamente a escassez de medidas voltadas à sua preservação. Dessa forma, a conservação do patrimônio deve estar inserida no contexto social e urbano, garantindo que a população tenha acesso a esses bens e que eles desempenhem um papel ativo na formação da identidade coletiva (Choay, 2001). Por isso, é essencial que as políticas de preservação incentivem a participação da comunidade, promovendo o engajamento da sociedade no processo de proteção e valorização do patrimônio.

Em Lavras, a ausência de iniciativas educacionais focadas na valorização do patrimônio histórico-cultural compromete a conexão com a memória coletiva e acelera a degradação das construções históricas (Messias Et Al., 2020). Contudo, a preservação desse patrimônio vai além, estando intimamente relacionada ao desenvolvimento sustentável. Segundo a UNESCO (2016), o patrimônio cultural pode impulsionar a economia local por meio do turismo, criar oportunidades educacionais e promover a inclusão social. Assim sendo, a conservação das edificações históricas pode ser integrada a estratégias de planejamento urbano, contribuindo para o crescimento sustentável da cidade.

1.2.2 Estratégias educativas e participação comunitária

A educação patrimonial desempenha um papel essencial na preservação e no reconhecimento do patrimônio pela sociedade. Ela se configura como uma abordagem que busca aprofundar o entendimento sobre os elementos da herança cultural, promovendo o exercício da cidadania (Ministério da Educação, 2018). Para que isso seja eficaz, é necessário que todas as ações educativas envolvam a comunidade de forma ativa, desde o planejamento até a execução. Esse engajamento possibilita que os indivíduos compreendam o processo e participem de maneira significativa, compartilhando suas percepções sobre o que consideram essencial em termos de vínculos e identidades locais, como práticas culturais, saberes e bens que são fundamentais para a história da região (IPHAN, 2014).

Assim, a educação patrimonial serve como uma ferramenta de "alfabetização cultural", permitindo que as pessoas compreendam o contexto sociocultural em que estão inseridas. Esse processo fortalece o vínculo com a identidade local, valoriza a diversidade cultural do Brasil e intensifica o sentimento de pertencimento à história e à cultura nacional (Horta, Grunberg; Monteiro, 1999). Haja vista que,

“Em verdade, só há um meio eficaz de assegurar a defesa permanente do patrimônio de arte e de história do país: é o da educação popular. Ter-se-á de organizar e manter uma campanha ingente visando a fazer o povo brasileiro compenetrar-se do valor inestimável dos monumentos que ficaram do passado.” (Ministério Da Cultura, 1987, P. 64, Oliveira, 2011, p. 32).

Dessa forma, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico aponta três aspectos fundamentais para a implementação da educação patrimonial: envolvimento, reconhecimento

e apropriação do patrimônio cultural. Esse processo não deve se limitar a ações isoladas, mas ser compreendido como uma jornada contínua e integrada, abrangendo bens materiais, monumentos, locais históricos, paisagens naturais, técnicas artesanais ou industriais, saberes tradicionais e práticas culturais, como destacam Horta, Grunberg e Monteiro.

De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Encontro Nacional de Educação Patrimonial, para que isso se efetue, estratégias são fundamentais das quais, destacam-se: o incentivo à produção científica e à disseminação de experiências na área; o desenvolvimento de programas e projetos formativos em espaços educativos e culturais; a criação de mecanismos que assegurem a participação social na preservação do patrimônio; a inclusão da temática patrimonial nos currículos escolares e na formação de professores; e o fortalecimento de espaços educativos, como as Casas do Patrimônio, com o objetivo de ampliar a interação entre a comunidade e os agentes culturais (IPHAN, 2011).

Ademais, a participação ativa da comunidade é fundamental para a preservação do patrimônio cultural, pois são seus membros que vivenciam e interagem diretamente com os espaços históricos. Esse engajamento pode se manifestar de diversas formas, como por exemplo: Conselhos Comunitários e Comitês de Preservação, que facilitam a gestão e proteção dos bens culturais, permitindo que grupos locais contribuam com sugestões e acompanhem as intervenções; projetos de Voluntariado e Adoção de Patrimônios, nos quais escolas, empresas e moradores assumem a responsabilidade pela preservação de monumentos ou espaços históricos, fortalecendo o sentimento de pertencimento (Santos, 2018); iniciativas de Cocriação e Memória Oral, que incentivam a população a documentar e compartilhar as histórias locais, reforçando a identidade cultural e a valorização do patrimônio (Costa, 2019); o Turismo de Base Comunitária, que permite que a população participe ativamente do turismo cultural, oferecendo visitas guiadas e experiências autênticas que destacam a vivência local; e a Reutilização Adaptativa, que transforma edifícios históricos em centros culturais, bibliotecas ou espaços de convivência, assegurando que o patrimônio continue a ser relevante e funcional para a sociedade (Santos, 2018).

1.3 Técnicas de revitalização

1.3.1 Métodos de conservação e restauro arquitetônico

A revitalização configura-se como a refuncionalização estratégica de áreas que preservam bens patrimoniais, ou seja, elementos que permaneceram relativamente inalterados diante das

transformações do espaço urbano. Essa prática tem como objetivo estabelecer uma nova dinâmica fundamentada na diversidade econômica e social, reintegrando tais espaços ao contexto contemporâneo (Moura et al., 2006). Assim, a revitalização de edificações históricas transcende a preservação física do patrimônio, pois respeita a identidade cultural e envolve diretamente a vivência coletiva da sociedade, bem como seus vínculos simbólicos com o espaço urbano.

Para compreender adequadamente os conceitos de restauro e conservação, é necessário recorrer aos teóricos que fundamentaram essas práticas ao longo do tempo. A corrente anti-intervencionista, representada por John Ruskin, sustenta que restaurar um edifício equivale à sua destruição mais completa. Para Ruskin, as marcas naturais do tempo, denominada pátina, devem ser preservadas, pois narram a trajetória histórica da construção. O autor valorizava o material original, considerava os edifícios como objetos sagrados e defendia sua intocabilidade, propondo apenas intervenções mínimas, conhecidas como muletas, permitindo que os monumentos seguissem seu ciclo natural até a ruína. Essa perspectiva caracteriza-se por seu viés romântico (Boito, 2002).

Em contraposição, a vertente intervencionista é representada por Eugène Viollet-le-Duc, que concebia o restauro não como simples manutenção ou reparo, mas como a reconstituição ideal da lógica de concepção original da obra. Na busca pela pureza estilística, suas intervenções frequentemente ignoravam as modificações adquiridas ao longo do tempo, corrigindo os chamados “defeitos” para recuperar a suposta integridade formal do projeto inicial. Sua abordagem é marcada por uma racionalidade sistemática e dogmática. Restaurador de importantes monumentos franceses, como a Sainte-Chapelle e a catedral de Notre-Dame, le-Duc foi um dos responsáveis pela valorização do estilo gótico como etapa fundamental na história da arte ocidental. Sua metodologia consistia em compreender profundamente o sistema construtivo e projetual do edifício, formular um modelo ideal e, a partir disso, aplicar tal concepção idealizada à estrutura existente (Boito, 2002).

Dessa forma, consolidam-se três vertentes teóricas principais no campo da restauração: a perspectiva estilística, representada por Viollet-le-Duc; a abordagem romântica, associada a John Ruskin, que enfatiza a preservação da autenticidade; e, por fim, as correntes científica e crítica, defendidas, respectivamente, por Camilo Boito e Cesare Brandi. Essas últimas introduzem fundamentos técnicos e reflexões filosóficas como base para qualquer intervenção em bens patrimoniais, fundamentando-se em análise criteriosa dos aspectos históricos,

técnicos e formais das construções, orientando-se por diretrizes que valorizam a integridade material da obra, a diferenciação evidente entre as partes originais e as adicionadas posteriormente, a possibilidade de reversão das intervenções realizadas e a preservação dos sinais de envelhecimento que conferem autenticidade ao bem. A noção de “restauro filológico”, elaborada a partir desses princípios, constituiu a base conceitual da restauração do final do século XXI, ao defender que cada edificação deve ser tratada como um caso singular, evitando reinterpretações imaginárias e priorizando sua coerência histórica e estética (Oliveira, 2009).

A partir dessas ideias, as ações de preservação do patrimônio edificado devem ser guiadas por critérios de responsabilidade técnica, profundo respeito ao valor histórico das construções e intervenções que não comprometam a integridade material e simbólica da obra (Carmo et al., 2016). Sob essa ótica, a revitalização deve ser compreendida como uma prática que reconhece e preserva a identidade, evitando, assim, a constituição do chamado falso histórico, entendido como a reprodução literal de edificações desaparecidas ou a edificação de novas estruturas que, ao imitar estilos do passado, comprometem a leitura crítica e autêntica da memória construída. Nesse contexto, a Carta de Atenas, de 1933, salienta:

“As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim para sua imaginação, à totalidade de recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o ‘falso’ como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o ‘falso’ ao ‘verdadeiro’, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição fictícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos, que mais se tinha empenho em preservar” (Cury, 2004, p. 54).

Contudo, é necessário compreender que as intervenções em bens patrimoniais não se limitam a uma fórmula única. Cada caso exige uma análise específica, considerando os múltiplos valores envolvidos, como o histórico, o artístico, o funcional e o simbólico (Choay, 2001). Nem toda referência formal ao passado constitui, por si só, um falso histórico. Em certas situações, a manutenção de ruínas — como as do Coliseu ou dos templos gregos — está associada ao valor da antiguidade, sendo preservadas com interferências visuais mínimas, como a aplicação de concreto aparente (Ruskin, 1849). Em contrapartida, em contextos de

destruição massiva, como nas cidades arrasadas pela guerra — a exemplo de Dresden, na Alemanha —, a reconstrução fiel de edificações históricas permitiu preservar vínculos identitários e culturais da população local. Algo semelhante ocorre em casos de desastres naturais, a Capela das Mercês, em São Luiz do Paraitinga, reconstruída após uma enchente, é um exemplo de como a reconfiguração do edifício não visou distorcer o passado, mas garantir a continuidade do uso e reforçar a memória coletiva da comunidade (Agência Brasil, 2011). Em Ouro Preto, a paisagem urbana desempenha um papel essencial, sendo considerada um valor intrínseco à cidade (IPHAN, 2025). Nesse contexto, a reconstituição de edificações de acordo com os padrões estéticos coloniais não configura um falso histórico, pois respeita a identidade e a memória arquitetônica da cidade, mantendo a autenticidade de seu legado cultural. Assim, trata-se, antes, de compreender o contexto social e cultural no qual o patrimônio está inserido (Tournier, 2009).

Posto isso, é essencial compreender os principais conceitos das intervenções em edificações históricas. A conservação, conforme Apel (2001), refere-se a intervenções que visam preservar a integridade física do bem e seu valor cultural, histórico e artístico. Já a reforma não necessariamente mantém as características originais do edifício, enquanto o restauro exige um conhecimento profundo da história e uma análise técnica dos materiais, com o objetivo de preservar a autenticidade da obra (Carta de Veneza, 1964).

O retrofit ou reconversão consiste na atualização de um edifício com a introdução de novos materiais e tecnologias, buscando melhorar sua funcionalidade e eficiência, respeitando as limitações da estrutura original (Apolônio et al., 2010). A revitalização, por sua vez, busca recuperar áreas para promover novas atividades econômicas e sociais juntamente ao patrimônio. Essa estratégia visa integrar o patrimônio cultural ao turismo, negócios, cultura e habitação, de forma alinhada ao planejamento urbano (Sotratti, 2014).

A reconstrução é uma alternativa extrema, realizada em casos de destruição severa, e deve ser precedida pela anastilose, que envolve a recomposição de partes originais do bem (IEPHA/MG, 2009). A requalificação, que pode combinar restauração, retrofit e reconversão, busca não apenas revitalizar, mas promover a integração social e o fortalecimento econômico da área (Moura, 2006).

No caso do Casarão Bonserá do Madeira, será realizada uma revitalização associada ao retrofit, respeitando o patrimônio histórico e inserindo soluções funcionais contemporâneas. As novas construções dialogarão com as características locais, evitando

estilos arquitetônicos que não sejam típicos da região ou que não se adequem ao seu clima e cultura. Essa abordagem visa combater a desterritorialização, preservando a identidade local e evitando a padronização cultural que frequentemente perde o vínculo com o contexto original.

1.3.2 Adaptação para acessibilidade e novas tecnologias

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) de 2022, o Brasil possui aproximadamente 18,6 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 8,9% da população com dois anos ou mais de idade (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023). Esse dado reforça a relevância de políticas públicas e estratégias arquitetônicas voltadas para a inclusão, especialmente no que se refere ao equilíbrio entre preservação e acessibilidade em projetos de intervenções em edificações históricas, como o Casarão Bonserá do Madeira, em Lavras (MG).

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 13 de dezembro de 2006, determina que os países signatários devem garantir a promoção, proteção e a plena realização dos direitos humanos das pessoas com deficiência, assegurando-lhes igualdade perante a lei (Organização das Nações Unidas, 2006). O Brasil ratificou essa Convenção através do Decreto Legislativo nº 186/2008, conferindo-lhe status de Emenda Constitucional, e promulgou-a pelo Decreto nº 6.949/2009 (Brasil, 2009). Nesse sentido, a acessibilidade deve ser um dos princípios norteadores nas intervenções de preservação do patrimônio.

Dentro desse cenário, Messentier (2005) ressalta que a ausência de medidas acessíveis não só prejudica a experiência desses indivíduos, mas também limita o potencial do patrimônio como instrumento de desenvolvimento social, construção de cidadania e fortalecimento de identidades coletivas. Assim sendo, o conceito de Design Universal é crucial, pois preconiza que os ambientes sejam projetados para atender a todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas.

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade como a "possibilidade e condição de alcançar, perceber e compreender o uso com segurança e autonomia de edificações, espaços, mobiliário, equipamentos urbanos e outros elementos" (ABNT 9050, 2015). No caso das edificações históricas, as adaptações necessárias devem equilibrar os aspectos técnicos com a preservação da integridade do patrimônio, ou seja, as intervenções realizadas não podem comprometer ou modificar as características históricas da

construção. Alterações que resultem em mutilações ou descaracterizações substanciais devem ser evitadas, preservando-se o testemunho histórico que o bem representa, haja vista que as barreiras arquitetônicas são resultado de um período em que a inclusão não era um valor amplamente reconhecido socialmente (Carvalho, 2021). Portanto, adaptar esses espaços exige uma abordagem sensível e equilibrada, que respeite os direitos à memória e à inclusão.

O conceito de "rota acessível", conforme Guimarães (2000), é definido como o percurso contínuo e desobstruído entre dois pontos, sendo considerado um elemento essencial para a classificação de espaços inclusivos. Diversos elementos, como rampas móveis, elevadores de plataforma, mapas táteis e sinalizações adaptadas, devem ser considerados nas intervenções. Por exemplo, pisos táteis podem ser classificados como direcionais (orientando o percurso) ou de alerta (indicando mudanças ou obstáculos), promovendo segurança e permitindo tolerância ao erro (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015). Além disso, princípios como a redução do esforço físico e a acessibilidade abrangente, permitindo o uso de espaços por pessoas em cadeiras de rodas, com carrinhos de bebê ou com mobilidade reduzida, devem guiar as decisões arquitetônicas. Exemplos de medidas eficazes incluem a adoção de torneiras com alavanca ou sensores, portas com raio de giro adequado e bancadas com espaço inferior livre.

A democratização do acesso exige uma compreensão ampliada da acessibilidade, que ultrapassa a simples eliminação de barreiras físicas. Ela deve incluir também os aspectos comunicacionais (como o uso de Libras, audiodescrição, linguagem simples e materiais táteis), programáticos (adaptação de atividades culturais) e atitudinais (capacitação das equipes para o acolhimento), conforme indicam os manuais de boas práticas museológicas (Instituto Brasileiro de Museus, 2021).

Exemplos incluem a utilização de tecnologias assistivas, como a impressão 3D de obras para toque, softwares de leitura de tela, vídeos com Libras e legendas, audioguias e materiais acessíveis para públicos com deficiência intelectual e visual. A adoção de soluções semelhantes no Casarão Bonserá tornará o espaço mais democrático, ampliando sua função social e fortalecendo a identidade local por meio de experiências acessíveis e significativas.

1.4 Patrimônio e desenvolvimento

1.4.1 Turismo, impactos econômicos e engajamento social

A valorização do patrimônio cultural está intrinsecamente vinculada ao seu uso social e econômico, sendo o turismo uma das principais estratégias para a ativação de edificações históricas e áreas urbanas patrimonializadas. A presença de visitantes, ao gerar fluxo e interesse, contribui não apenas para a conservação dos bens, mas também para a dinamização da economia local, promovendo o comércio, a gastronomia, o artesanato e o setor de serviços (BARRETTO, 2001).

Nesse sentido, o uso turístico pode configurar-se como alternativa viável, desde que planejado com base em critérios técnicos e sensibilidade cultural. A revitalização, entendida como a adaptação dos usos originais para novas finalidades, possibilita a reintegração desses bens ao cotidiano das cidades, valorizando sua memória e identidade, além de gerar benefícios sociais e econômicos (SOTRATTI, 2014).

A Fazenda Mato Dentro, atual Casarão Bonserá do Madeira, guarda não apenas a memória da formação histórica de Lavras, como também apresenta expressivo potencial para o desenvolvimento turístico e econômico da região. Sua revitalização como centro cultural, museológico, biblioteca e café sugere como a refuncionalização de bens patrimoniais pode fomentar novas dinâmicas sociais e econômicas, alinhadas aos princípios do turismo cultural sustentável.

A gestão atual do Casarão Bonserá, realizada pela AMCEP, já promove atividades culturais como oficinas, exposições e seminários, iniciativas com potencial para atrair visitantes e movimentar a economia local por meio da geração de empregos diretos (monitores, artesãos, educadores, funcionários) e indiretos (fornecedores, alimentação, transporte e turismo).

Segundo a Organização Mundial do Turismo, o turismo cultural é um dos segmentos que mais cresce no setor, caracterizando-se pela busca de experiências autênticas relacionadas à história, à arte e às tradições locais. Quando vinculado a práticas adequadas de planejamento e gestão territorial, esse tipo de turismo amplia a atratividade das cidades e impulsiona seu desenvolvimento (OMT, 2018).

Entre as alternativas de reuso turístico e econômico aplicáveis ao Casarão Bonserá, destacam-se:

1. Musealização do imóvel, com foco na visita ao acervo arquitetônico e à história local;

2. Implantação de hospedagens patrimoniais, como pousadas em casarões históricos, voltadas a turistas culturais e de maior poder aquisitivo (ZANCHETTI et al., 2009);
3. Conversão em centros culturais e espaços para eventos, ativando a economia por meio de serviços locais;
4. Criação de roteiros turísticos temáticos, integrando patrimônios reabilitados com feiras de artesanato, gastronomia e manifestações artísticas (UNESCO, 2011).

Além disso, os investimentos na reabilitação do patrimônio revelam importante efeito multiplicador na economia urbana. Segundo o IPHAN (2016) e Ribeiro (2020), tais investimentos podem gerar um retorno socioeconômico de até quatro vezes o valor aplicado, por meio da criação de empregos e do fortalecimento das cadeias produtivas locais.

Para garantir a viabilidade econômica dessas ações, é essencial a articulação entre os setores público e privado, além da implementação de políticas de incentivo fiscal e linhas de crédito específicas para a restauração de imóveis culturais (COSTA, 2017). Assim, a reabilitação de edificações históricas configura-se como uma prática de valorização cultural e uma estratégia eficaz de dinamização econômica e incentivo ao turismo (RUSSO & VAN DER BORG, 2002; LANDRY, 2000).

A falta de utilização, por sua vez, pode acelerar a degradação dos edifícios, prejudicando sua conservação (COELHO, 2014). É fundamental, portanto, que a definição de novos usos e a elaboração de um programa de necessidades considerem as características físicas, históricas e simbólicas do patrimônio, respeitando sua integridade e autenticidade.

Além dos impactos econômicos, o turismo cultural desempenha papel fundamental no fortalecimento da identidade local e no engajamento social. A promoção da reabilitação de bens patrimoniais, como o Casarão Bonserá, extrapola os limites da memória arquitetônica, envolvendo processos educativos, afetivos e simbólicos que reforçam a valorização do pertencimento. A participação da comunidade nesse processo é essencial, visto que quando moradores se envolvem no planejamento, gestão e valorização dos bens culturais, há maior sentimento de pertencimento e legitimidade nas ações turísticas (BENI, 2002). Assim, a edificação histórica deixa de ser apenas um “objeto de visitação” e passa a integrar a vida cotidiana e a memória coletiva. A autoestima comunitária também se fortalece quando há reconhecimento externo por sua história (DUARTE, 1993).

Nesse contexto, a mediação educativa assume papel fundamental, aproximando os visitantes do legado cultural e proporcionando experiências afetivas e cognitivas que favorecem sua preservação (BARRETTO, 2001). A visita torna-se um espaço de reflexão e compreensão das expressões históricas e culturais, o que exige ações intencionais como visitas mediadas, projetos de educação patrimonial e experiências imersivas (DUARTE, 1993; IRVING e AZEVEDO, 2002).

Contudo, é preciso reconhecer que o turismo, quando mal planejado, pode acarretar efeitos negativos, como desgaste físico dos bens culturais, sobrecarga da infraestrutura e descaracterização dos espaços. Em especial, há risco quando os sítios históricos são transformados em “cenários” para consumo rápido (UNESCO, 1972). Além disso, o processo de tombamento, se não for acompanhado de apoio técnico e financeiro, pode impor restrições econômicas aos proprietários, exigindo atuação ativa do Estado (BARRETTO, 2003).

Portanto, a prática do turismo patrimonial exige planejamento criterioso, com respeito aos limites de carga, à infraestrutura local e à integração com iniciativas culturais e urbanas (BARRETTO, 2001). A valorização do patrimônio como estratégia de desenvolvimento local demanda abordagem multidisciplinar e integrada, que considere aspectos materiais e imateriais, sociais, econômicos e simbólicos.

Dessa forma, o turismo cultural não deve ser visto apenas como ferramenta econômica, mas como meio de democratização do patrimônio, de aproximação entre culturas e de fortalecimento das raízes locais. É nesse equilíbrio entre conservação, uso e apropriação simbólica que se constrói um modelo sustentável de desenvolvimento fundamentado no patrimônio cultural.

2. ESTUDOS DE CASO

A escolha dos estudos de caso tem como objetivo fornecer um embasamento técnico e executivo para a proposta projetual, analisando edificações com características semelhantes ao Casarão Bonserá do Madeira. A partir dessa análise comparativa, é possível compreender quais estratégias foram bem-sucedidas, ampliando o repertório de soluções arquitetônicas e metodológicas que garantam a eficiência e longevidade do projeto.

A edificação, originalmente uma fazenda com função residencial, é objeto de uma proposta de transformação para se tornar um museu e espaço público. Nesse contexto, é essencial compreender aspectos como fluxos de circulação, acessibilidade, conservação dos elementos arquitetônicos e estratégias de preservação, garantindo que a essência da casa seja preservada e que os visitantes possam se conectar com sua história. Dessa maneira, foram selecionadas quatro referências que dialogam com essa proposta, oferecendo soluções e abordagens aplicáveis ao contexto lavrense.

O primeiro estudo de caso, o Museu Histórico Abílio Barreto, localizado em Belo Horizonte, é uma casa-museu, ou seja, originalmente desempenhava função residencial. Essa transformação é particularmente relevante para a análise, pois oferece um exemplo de como adaptar um imóvel para receber visitantes sem perder sua identidade original. O museu adota uma abordagem de musealização voltada à vivência da casa e de seus antigos moradores. Além disso, a integração entre o edifício histórico e a nova edificação anexa serve como exemplo de como equilibrar a preservação do patrimônio com a inserção de novas funções e estruturas de apoio.

Já a Casa Rui Barbosa, primeira casa-museu do Brasil, foi escolhida por sua integração entre arquitetura, museologia e educação. Além da exposição sobre patrono, o espaço abriga uma biblioteca de grande relevância histórica, característica que também estará presente no projeto de revitalização do Casarão Bonserá do Madeira, devido ao acervo de livros raros pertencente à Associação Mineira de Cultura e Educação Patrimonial.

A Fazenda Narciso foi escolhida como exemplo de preservação rural, pois ainda mantém sua função residencial. Estudar seus usos, fluxos e as modificações é fundamental para entender como as necessidades dos proprietários foram atendidas longo do tempo. Esse processo permitirá identificar os elementos originais da construção e os aspectos que foram incorporados ao longo dos anos. Assim como o Casarão Bonserá, a fazenda data do século

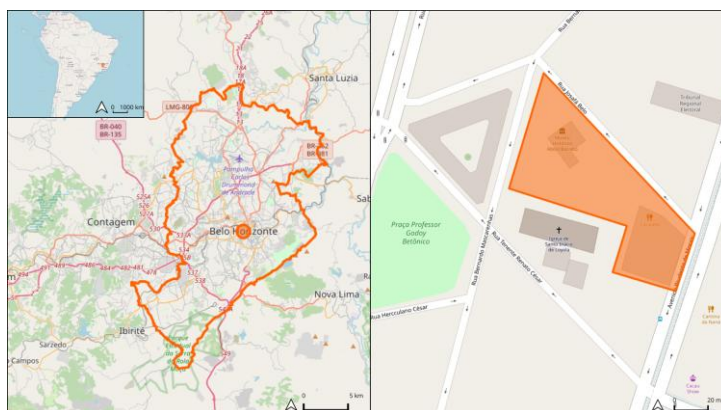
XIX e está localizada no sul de Minas, em Cruzília, tornando-a geograficamente próxima ao contexto do projeto. Na época de sua construção, era comum que os proprietários tivessem uma casa rural e outra na cidade, destinada a eventos sociais. Nesse sentido, o quarto estudo de caso será o Museu do Manga Larga Marchador, uma antiga residência que, na época, servia como a casa na cidade dos habitantes da Fazenda Narciso.

Mais do que uma análise arquitetônica das edificações, esses estudos de caso permitem compreender as experiências por trás de cada edificação. Eles fornecem informações sobre técnicas construtivas, materiais adequados ao contexto e estratégias de preservação e adaptação dos espaços. Dessa forma, as diretrizes para a revitalização do Casarão Bonserá do Madeira poderão ser definidas com base em soluções que valorizem e respeitem sua essência histórica, enquanto se adapta à sua nova função pública.

2.1 Museu histórico Abílio Barreto

O Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), primeiro museu público da cidade de Belo Horizonte, está localizado na Avenida Prudente de Moraes, nº 202, no bairro Cidade Jardim, em Belo Horizonte, Minas Gerais (ver figura 1). Essa avenida constitui um dos principais eixos viários da capital e corresponde, historicamente, ao território da antiga Fazenda do Leitão. A casa-sede da fazenda foi edificada em 1893 por José Cândido Lúcio da Silveira e, posteriormente, transformada em museu no ano de 1940, em um contexto simbólico para a história urbana e política da capital mineira (Prefeitura de Belo Horizonte, 2018)

Figura 3: Mapa de localização do MHAB no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.



Fonte: OpenStreetMap (2025), adaptado pela autora (2025)

2.1.1 Histórico da musealização

Entre 1831 e 1888, o Brasil passou por um processo gradual de abolição da escravidão, que culminou com a assinatura da Lei Áurea. A partir desse momento, a monarquia entrou em crise, sendo derrubada no ano seguinte, em 1889, com a Proclamação da República. Nesse contexto de transições políticas, sociais e econômicas, a elite buscava reafirmar seu poder e se adaptar à nova ordem. Foi nesse cenário que, em 1893, foi construída a casa da Fazenda do Leitão (ver imagem 4), refletindo os valores e contradições desse momento histórico. A edificação, com características típicas das moradias rurais mineiras, apresentava dois pavimentos separados — o térreo com funções produtivas e ligadas ao trabalho, e o andar superior reservado à moradia da família —, evidenciando a estrutura social e o modelo de ocupação do espaço da época (Retes, Siqueira, 2016).

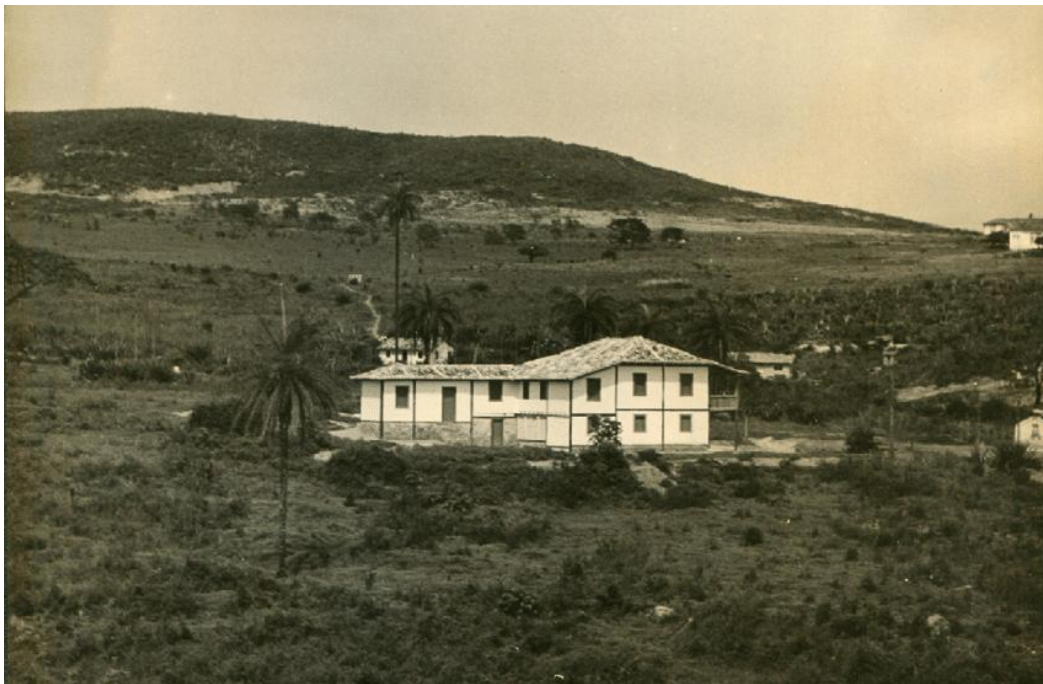
Imagem 4: Foto da antiga sede da Fazenda do Leitão.



Fonte: Museu Histórico Abílio Barreto/Acervo (2017)

Essa construção está diretamente ligada ao período de transição do Brasil Império para a República, marcando também o início da transformação do antigo arraial do Curral Del Rey na nova capital planejada, Belo Horizonte, que surgiu como símbolo da modernidade republicana. A cidade foi projetada com traçado geométrico e visão burguesa e urbana, rompendo com o passado colonial (Bahia, 2011). A casa da Fazenda do Leitão (ver imagem 5), por sua vez, permaneceu como um dos poucos registros materiais do período anterior, sendo posteriormente reformada e adaptada para se tornar, em 1943, o primeiro museu da cidade (Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2023). Essa ressignificação deu ao espaço um novo papel social, preservando a memória da cidade e dialogando com os novos usos e significados construídos ao longo do tempo.

Imagem 5: Sede da antiga Fazenda Velha do Leitão após restauração.



Fonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1942)

2.1.2 Relevância para a Proposta Projetual

A transformação da casa em museu é particularmente relevante para a análise da proposta de requalificação do Casarão Bonserá, pois oferece um exemplo concreto de como adaptar um imóvel residencial para receber visitantes sem perder sua identidade. O Museu Abílio Barreto adota uma abordagem de musealização voltada para a vivência da casa e da história de seus antigos moradores, permitindo ao visitante não apenas ver objetos, mas

experimentalizar o espaço como uma narrativa histórica (Retes, Siqueira, 2016). A edificação, originalmente uma residência rural, passou por diversas transformações de uso — campo agrícola, colônia, posto veterinário — até ser musealizada. A partir de 1943, o casarão passou a ser interpretado como patrimônio histórico e símbolo identitário da cidade (Prefeitura de Belo Horizonte, 2018).

Além disso, a integração entre o edifício histórico e o novo anexo contemporâneo em vidro (ver imagem 6) serve como referência para a inserção de novas estruturas de apoio.

Imagem 6: Anexo contemporâneo em vidro do Museu Histórico de Abílio Barreto.



Fonte: Prefeitura de Belo Horizonte (2018)

O MHAB é, portanto, referência direta para projetos de reconversão funcional de imóveis antigos, como o Casarão Bonserá, pois oferece um exemplo concreto de como adaptar um imóvel sem perder sua autenticidade arquitetônica e simbólica.

O museu ainda conta com palco ao ar livre, jardins e acervos de grande porte em área externa, como o bonde elétrico (ver imagem 7), a locomotiva a vapor e o coche, que ampliam a experiência do visitante.

Imagem 7: Bonde elétrico, acervo externo do Museu Abílio Barreto.

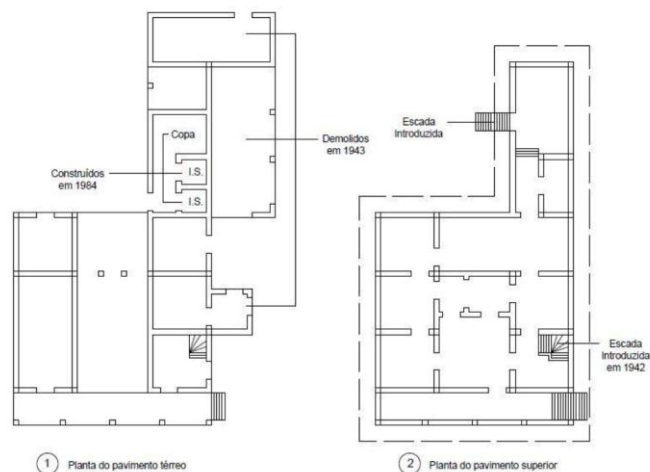


Fonte: Portal Belo Horizonte (2025)

2.1.3 Fluxos, Circulação e Acessibilidade

O edifício passou por intervenções que visavam adequá-lo às demandas museológicas contemporâneas, como a inserção de uma escada interna (ver figura 5) e a criação de espaços expositivos complementares. Siqueira e Retes, ao aplicarem a sintaxe do espaço, destacaram as estratégias de circulação que delimitam claramente as áreas públicas e privadas, assegurando o controle do fluxo de visitantes sem comprometer a integridade da estrutura original (Retes; Siqueira, 2015). A restauração conduzida por Sylvio de Vasconcellos priorizou a valorização estética da arquitetura colonial, mas também implicou a remoção de cômodos anexados ao longo do tempo e a introdução de elementos como a circulação vertical interna inexistente na construção original, evidenciando o constante desafio entre preservação e adaptação funcional.

Figura 5: Organização espacial do casarão



Fonte: Retes, Siqueira (2015)

Do ponto de vista da acessibilidade e circulação, o museu trabalha com estratégias híbridas. Como o segundo pavimento do casarão ainda não possui acesso adequado para pessoas com mobilidade reduzida, o museu oferece visita virtual completa à exposição “Complexa Cidade” para inclusão digital e mediação acessível (Prefeitura de Belo Horizonte, 2018).

2.1.4 Exposições e Função Contemporânea

Atualmente, o MHAB atua como museu da cidade, dedicado à pesquisa, preservação e difusão da história de Belo Horizonte, sendo também um espaço de produção de conhecimento, vivência educativa e diálogo com a comunidade. Suas exposições refletem o compromisso com diversas narrativas históricas, especialmente aquelas que desafiam versões tradicionais do urbanismo planejado da capital mineira (Prefeitura de Belo Horizonte, 2018).

A exposição “Complexa Cidade”, exposta no próprio casarão, convida o visitante a refletir sobre a relação entre casa e cidade, entre espaço privado e espaço público. Objetos, mapas, literatura e arqueologia compõem um percurso que articula vivências domésticas e urbanas, reforçando o papel do casarão como parte ativa da narrativa histórica (UFMG, 2021). Já a exposição “Belo Horizonte: Fora dos Planos”, com curadoria de Carolina Capanema e Raphael Rajão, rompe com o mito da cidade totalmente planejada e exalta formas de vida “apagadas”, como os resquícios do Arraial do Curral Del Rei, córregos canalizados e áreas naturais suprimidas. A exposição destaca como Belo Horizonte foi construída coletivamente, por pessoas e por elementos da paisagem, sendo um olhar expandido sobre o que se entende por patrimônio (Prefeitura de Belo Horizonte, 2023).

2.1.5 Considerações Finais: Análise Crítica

O Museu Histórico Abílio Barreto apresenta um modelo de musealização de uma residência histórica. A preservação da arquitetura original, aliada à adaptação do espaço para novos usos, permite que o museu contribua para a construção coletiva da memória urbana. Sua abordagem, que considera a materialidade, o território e as práticas sociais, serve como referência para a requalificação de outros imóveis históricos, como o Casarão Bonserá do Madeira, que também transita entre a função doméstica para a de espaço público.

Entre os principais aspectos observados, destacam-se:

1. A integração de elementos históricos e contemporâneos, tanto no campo arquitetônico quanto no narrativo, é essencial para garantir a continuidade do uso do espaço sem comprometer sua identidade. No entanto, observa-se que, neste caso, o edifício

contemporâneo apresenta uma escala desproporcional e uma linguagem arquitetônica que destoam significativamente da construção original. O imóvel antigo demonstra potencial para reutilização, enquanto o novo volume, com fachada totalmente envidraçada e pequenas janelas circulares nas laterais, compromete não apenas a harmonia visual, mas também o conforto térmico, uma vez que essas aberturas não favorecem a ventilação natural — função primordial das janelas. Em decorrência disso, o uso de climatização artificial torna-se necessário. A intervenção contemporânea, idealmente, deveria atuar como um anexo discreto, sem competir visualmente com o edifício histórico, que representa a origem e o valor simbólico do museu.

2. É necessário preservar as características originais do imóvel, sem a tentativa de congelá-lo no tempo, de modo a manter sua autenticidade. Essa postura permite que o local se atualize e se reinvente, sem perder suas referências históricas.
3. A análise das camadas materiais e dos diferentes usos do espaço ao longo do tempo demonstra que a história de um lugar não se restringe a grandes eventos, mas está presente também nas práticas cotidianas e nas múltiplas formas de apropriação que o espaço permitiu.
4. Outro aspecto a ser considerado é a inexistência de acesso à parte superior do museu para o público em geral. Tal limitação restringe a experiência do visitante e compromete a compreensão integral do espaço, dificultando o pleno contato com a narrativa histórica que a instituição busca transmitir.

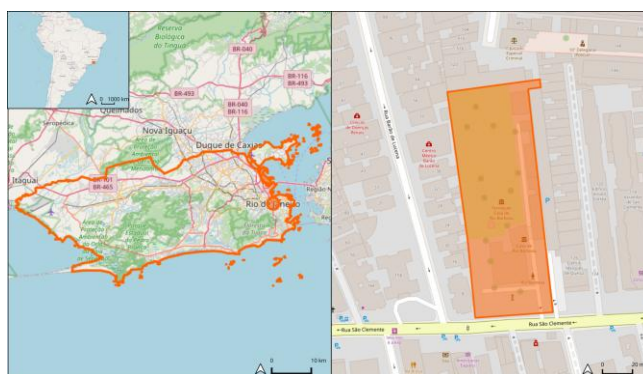
Em síntese, o Museu Histórico Abílio Barreto representa um exemplo expressivo de requalificação de imóvel histórico, embora ainda enfrente desafios, especialmente no que se refere à integração arquitetônica entre os volumes antigo e novo, e às condições de acessibilidade.

2.1 Fundação casa de Rui Barbosa

A Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) localiza-se na Rua São Clemente, nº 134, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro (ver figura 6). O imóvel serviu como moradia do jurista Rui Barbosa e sua família por quase três décadas, de 1895 até 1923. Em 1930, o espaço foi transformado em museu, consolidando-se como o primeiro museu-casa institucionalizado

no Brasil e marcando o início de uma nova abordagem para a valorização da memória histórica no país (Scarpeline, 2009; Cabral, 2022).

Figura 6: Mapa de localização da Fundação Casa de Rui Barbosa no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.



Fonte: OpenStreetMap (2025), adaptado pela autora (2025)

2.2.1 Histórico da musealização

A residência (ver imagem 8), construída em estilo neoclássico na segunda metade do século XIX, ocupa um terreno de cerca de 9.000 m², integrando elementos paisagísticos como lagos, pérgulas e esculturas. Esses espaços externos, antes usados para o lazer da família, hoje compõem o ambiente museal e oferecem um espaço de convivência comunitária e atividades educativas (Ministério da Cultura, 2023).

Localizada em uma das antigas chácaras de Botafogo, região nobre da elite imperial no século XIX, a propriedade pertencia originalmente ao Conselheiro Figueiredo. Em 1849, Bernardo Casimiro de Freitas, o Barão da Lagoa, adquiriu o lote e mandou erguer a casa, concluída no ano seguinte (Ministério da Cultura, 2023).

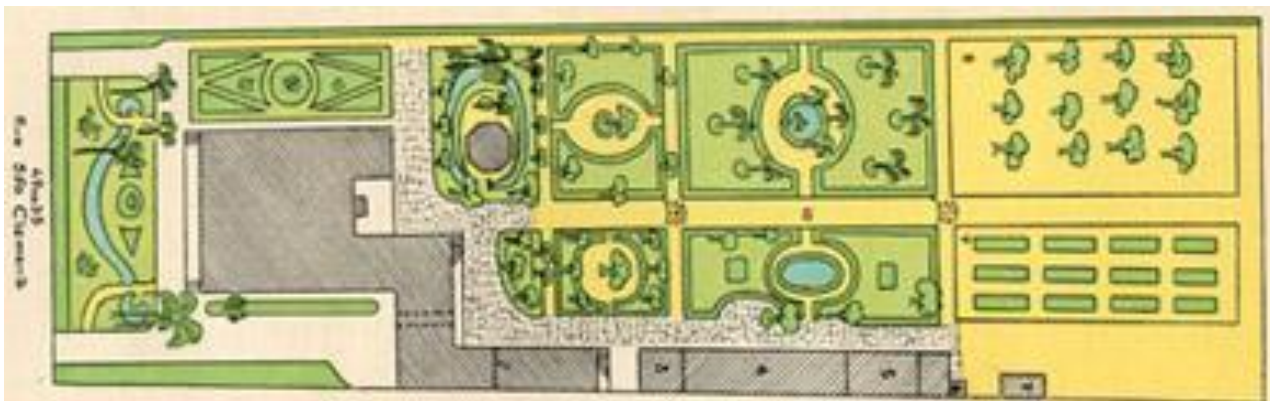
Imagem 8: Fotografia tirada entre 1924 e 1930 da residência.



Fonte: Ministério da Cultura (2023)

Um registro documental datado de 1879, possivelmente um inventário ou escritura da época, já descrevia a propriedade com riqueza de detalhes, mencionando a existência de jardim, horta, pomar, um grande parreiral apoiado sobre vergalhões de ferro, além de vasos, figuras, bancos de jardim, entre outros elementos (Ministério da Cultura, 2023). Durante a permanência da família Rui Barbosa (1895–1923), o espaço foi transformado com o cultivo de diversas espécies de rosas, cuidado diretamente por Rui Barbosa, que chegou a cultivar mais de 300 tipos diferentes (ver figura 7). A esposa, Maria Augusta, era responsável por uma estufa de vidro fosco onde cultivava orquídeas e samambaias (Pessoa; Fasolato, 2016).

Figura 7: Mapa com Jardim Histórico em destaque, década de 1940.



Fonte: Ministério da Cultura (2023)

Após o falecimento de Rui, sua esposa vendeu a casa ao governo. No período entre 1924 e 1930, o jardim sofreu perdas importantes, como a desapropriação de uma de suas laterais para ampliação da rua Assunção, autorizada pelo então prefeito Alaor Prata, em 1927 (Pessoa; Fasolato, 2016). O traçado original foi parcialmente restaurado na reforma de 1930, conduzida pelo engenheiro italiano Vittorio Miglietta, mas jamais recuperado integralmente (Ministério da Cultura, 2023).

Em 1938, tanto a casa quanto o jardim foram tombados pelo IPHAN, registrados nos Livros do Tombo Histórico (nº 32) e de Belas Artes (nº 52). Em 1966, a instituição foi formalmente estabelecida como Fundação Casa de Rui Barbosa por meio da Lei nº 4.943, que lhe concedeu autonomia administrativa, técnica e financeira (Ministério da Cultura, 2023).

Em 2016, teve início o projeto de Revitalização e Restauração do Jardim Histórico, realizado em parceria com a Fundação Darcy Ribeiro, com financiamento do BNDES. O

objetivo foi recuperar as características paisagísticas originais e fortalecer o uso do espaço como patrimônio cultural vivo (Fundação Darcy Ribeiro, 2016).

2.2.2 Relevância para a Proposta Projetual

A Fundação Casa de Rui Barbosa constitui um importante exemplo da arquitetura residencial urbana neoclássica no Brasil oitocentista (ver imagem 9). Elementos como a simetria na fachada, a escadaria monumental, as cornijas decorativas e os estuques nos forros internos evidenciam uma linguagem arquitetônica voltada à sofisticação e à ordem formal, características típicas do neoclassicismo (Reis Filho, 2021). A análise desse edifício fornece subsídios técnicos e estéticos para a proposta de requalificação do Casarão Bonserá do Madeira, especialmente no que se refere à preservação da materialidade original aliada à adaptação para novos usos culturais.

Imagem 9: Fachada da Fundação Casa de Rui Barbosa com elementos neoclássicos.



Fonte: Barbutti (2017)

A organização interna do edifício, com a clara distinção entre os espaços sociais e íntimos, oferece referências para o estudo da setorização em edifícios históricos. Ambientes como o gabinete gótico (ver imagem 10) e a sala Maria Augusta (ver imagem 10) demonstram a possibilidade de tematizar e personalizar espaços museológicos dentro de uma antiga residência, o que dialoga com a proposta do Casarão Bonserá, que também abrigará salas

dedicadas à memória regional e ao acervo bibliográfico da Associação Mineira de Cultura e Educação Patrimonial.

Imagem 10: gabinete gótico e sala Maria Augusta



Fonte: Ministério da Cultura (2022)

O jardim (ver figura 8), concebido como parte integrante da experiência museológica, demonstra como os espaços abertos podem ser tratados como extensões simbólicas do edifício. Espelhos d'água, esculturas e espécies vegetais cuidadosamente selecionadas contribuem para o caráter contemplativo e educativo do local. Tais elementos reforçam a importância do projeto paisagístico no Bonserá, especialmente na criação de áreas de permanência e contemplação voltadas à comunidade.

Figura 8: vista superior esquemática da fundação Rui Barbosa



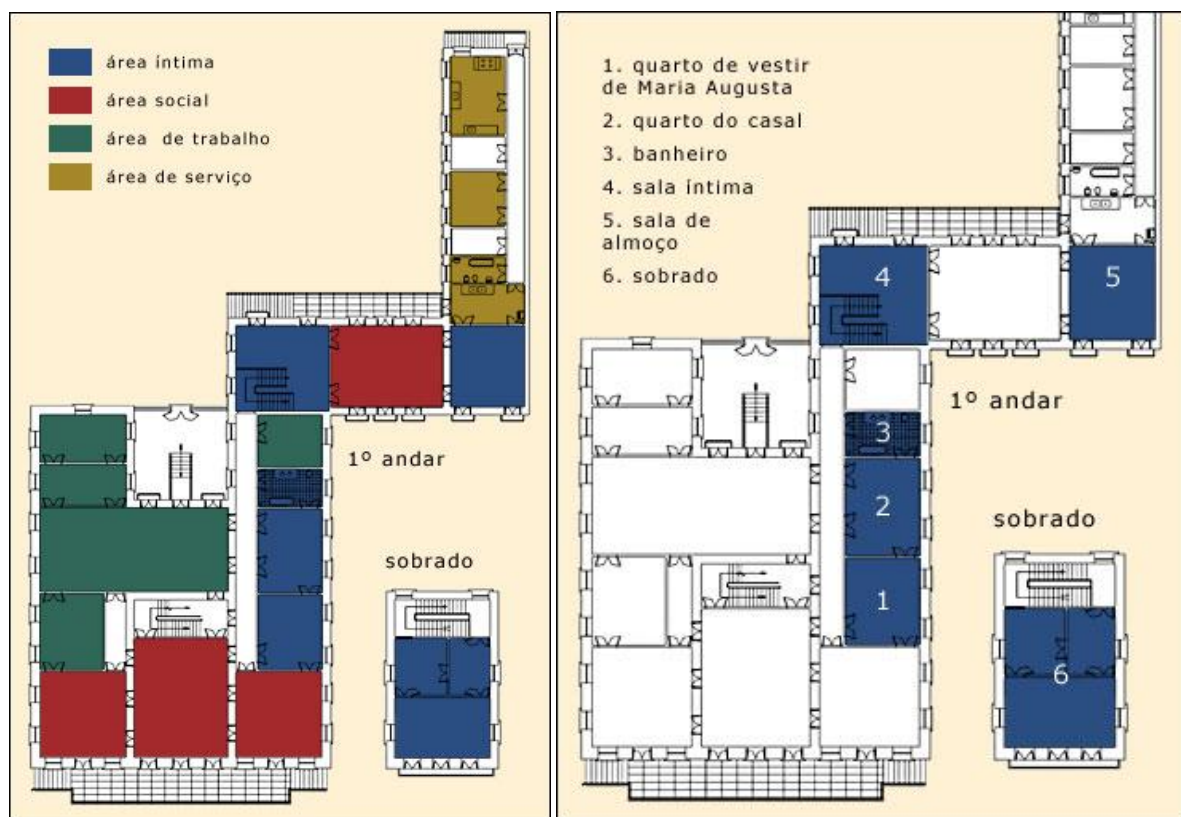
Fonte: Ministério da Cultura (2022)

A transformação da casa de Rui Barbosa em museu integra um movimento de construção da memória nacional por meio da preservação de figuras públicas emblemáticas. Essa estratégia de musealização que articula arquitetura, história e educação oferece uma base conceitual para a proposta projetual em Lavras, que visa não apenas conservar o edifício, mas transformá-lo em um espaço vivo de referência cultural, educativa e afetiva para a população local (Cabral, 2022; Scarpeline, 2009).

2.2.3 Fluxos, Circulação e Acessibilidade

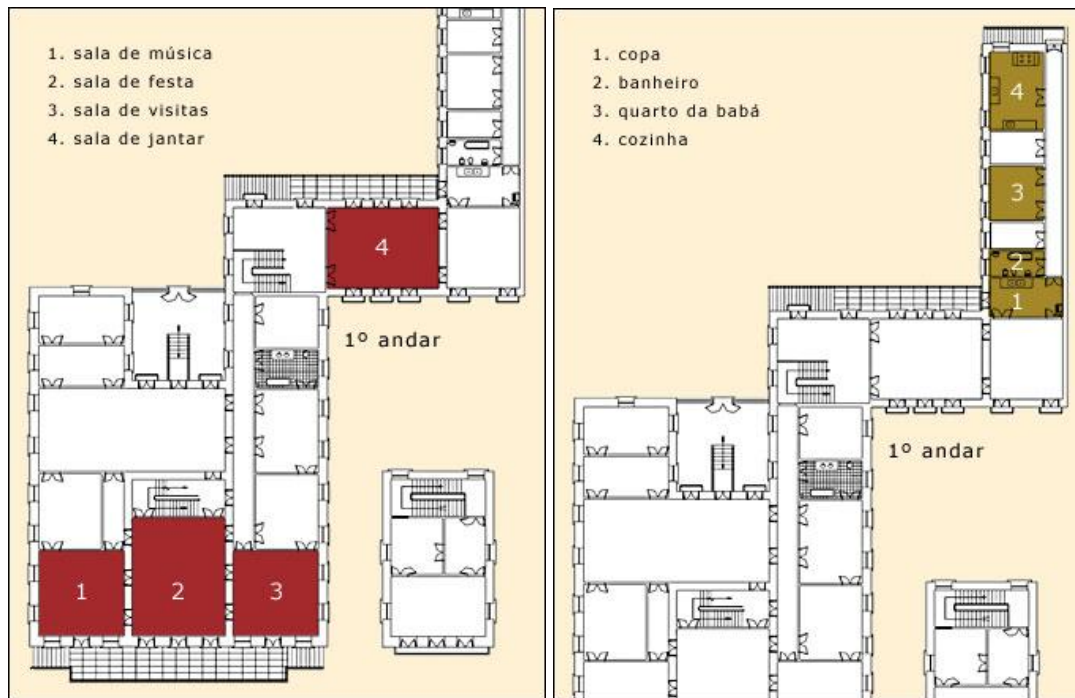
A configuração dos fluxos na Casa de Rui Barbosa respeita a planta original da residência, reforçando a imersão na vivência doméstica da época. O acesso ao público se dá pela ala dos Arcos, enquanto os dois blocos internos (norte e sul) estão interligados por um hall central e escadarias originais. O percurso dos visitantes contempla ambientes sociais e íntimos (ver figuras 9 e 10), enquanto os setores técnicos e administrativos mantêm-se isolados (Scarpeline, 2009).

Figura 9: Setorização dos ambientes temáticos do museu e planta baixa da área íntima



Fonte: Ministério da Cultura (2021)

Figura 10: Planta baixa da área social e da área de serviço



Fonte: Ministério da Cultura (2021)

A circulação vertical é realizada por escadas de madeira originais, sem instalação de elevadores, o que limita a acessibilidade para pessoas com mobilidade reduzida. O percurso expositivo é guiado por barreiras discretas (imagem 11) e sinalização visual como placas (imagem 12) e totens, proporcionando uma narrativa cronológica da vida do homenageado (FCRB, 2021).

Imagem 11: Sala de visitas com painéis de madeira para compartimentação e direcionamento do fluxo



Fonte: Museus do Rio (2021)

Imagem 12: Sala de jantar com sinalização em placas informativas



Fonte: Museus do Rio (2021)

As áreas técnicas e administrativas, incluindo a biblioteca e os arquivos, são independentes das zonas expositivas. A biblioteca (ver imagem 13), inaugurada em 02 de abril de 1979, no Dia Internacional do Livro Infantil, desenvolve ações de fomento à leitura e é reconhecida por seu acervo especializado (Magalhães, 2021).

Imagem 13: Biblioteca da Fundação Rui Barbosa

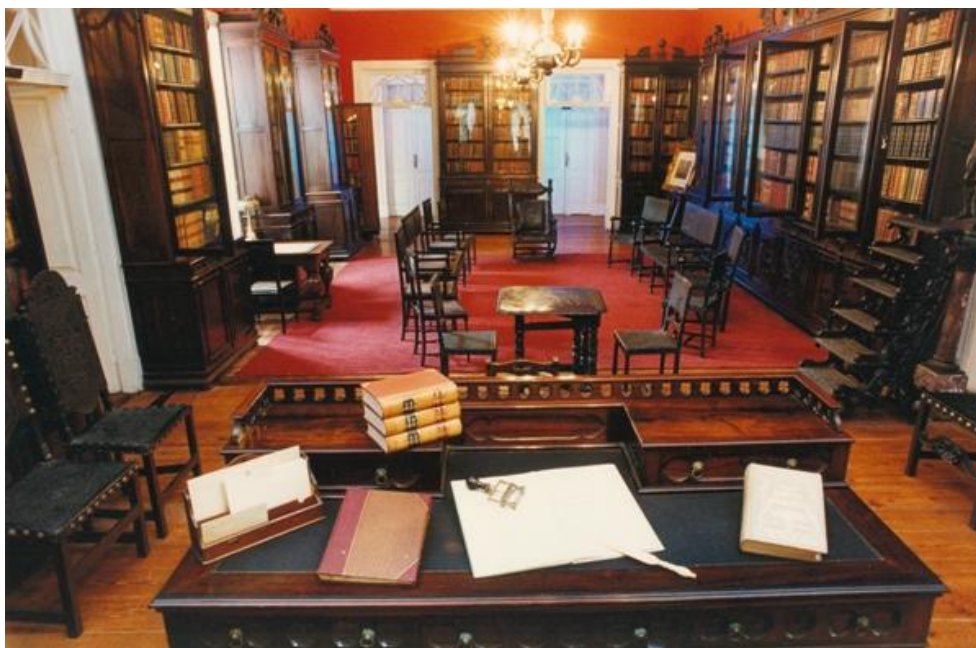


Fonte: Magalhães (2021)

2.2.4 Exposições e Função Contemporânea

A ambientação do museu alia fidelidade histórica a estratégias sensoriais e afetivas. A exposição de objetos do cotidiano da família, como louças, móveis, vestuário e documentos pessoais (ver imagem 14), proporciona uma ponte entre memória afetiva e relato do passado (Scarpeline, 2009).

Imagem 14: Itens pessoais de Rui Barbosa em exposição.



Fonte: museus do rio (2021)

Atualmente, a Fundação funciona como museu, biblioteca e centro de pesquisa, vinculada ao Ministério da Cultura. Também abriga um instituto de estudos interdisciplinares e promove ações educativas e culturais. Sua biblioteca é referência nacional nos campos do Direito e da História (Ministério da Cultura, 2021).

A instituição vai além da exposição museológica, atuando como um polo de produção de conhecimento, com as seguintes funções:

1. Exposição permanente: ambientes tematizados (Gabinete Gótico, Sala da Constituição, Sala da Abolição etc.), com peças originais e réplicas.
2. Exposições temporárias e eventos: apresentações musicais, encontros literários, oficinas e seminários.
3. Biblioteca e arquivo com acervo raro.
4. Atividades educativas para escolas e projetos sociais.
5. Programas culturais como visitas teatralizadas, clubes de leitura e debates.

Essa multiplicidade de funções reforça o caráter vivo da Casa de Rui Barbosa, mantendo sua relevância na cena cultural do Rio de Janeiro e do país.

2.2.5 Considerações Finais: Análise Crítica

A Fundação Casa de Rui Barbosa representa um modelo paradigmático de musealização aplicada a residências históricas, indo muito além de sua função museológica tradicional. Sua atuação como centro cultural, educativo e de pesquisa torna a instituição uma referência relevante para o desenvolvimento de novos equipamentos culturais no Brasil. O cuidado com a ambientação original, o uso simbólico dos espaços e a integração com o entorno reforçam sua capacidade de promover pertencimento, identidade e memória coletiva.

Entre os principais aspectos observados, destacam-se:

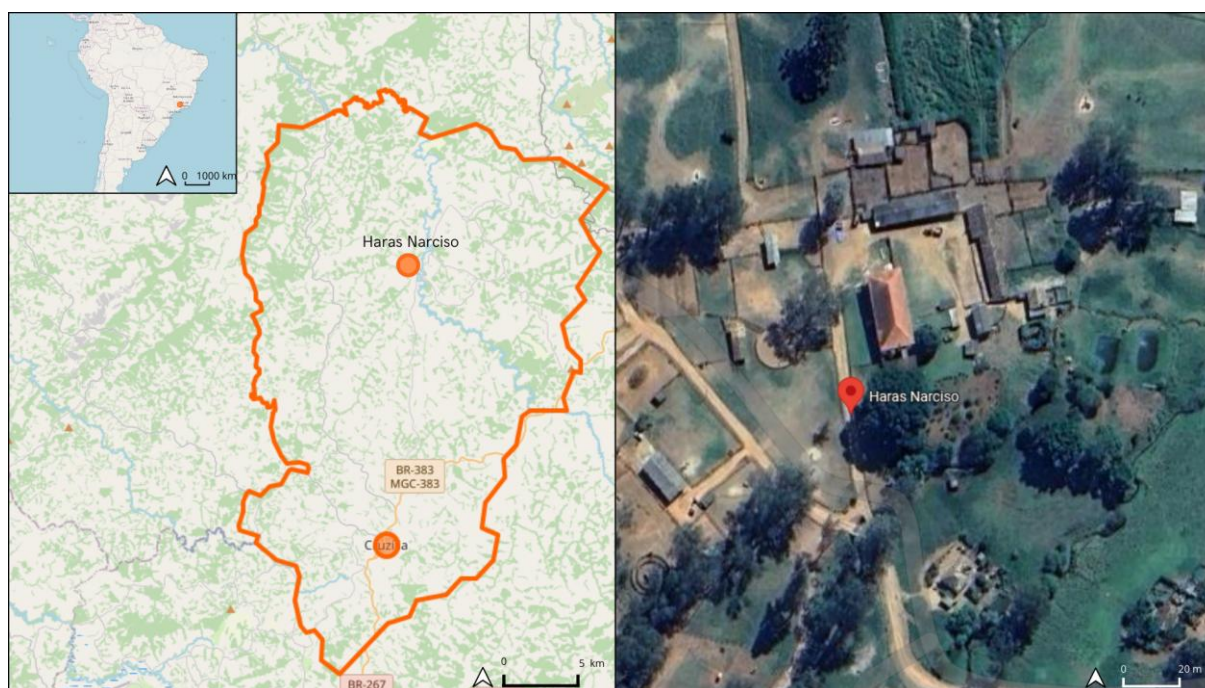
5. A articulação entre patrimônio histórico e funções contemporâneas, que transforma o espaço em um organismo vivo voltado à produção e difusão de conhecimento.
6. A presença de uma biblioteca especializada e de acervo raro, que atua como espaço de pesquisa, fomento à leitura e mediação cultural, sendo um exemplo direto a ser adaptado e replicado em Lavras.
7. O uso educativo e comunitário dos jardins históricos, que amplia o sentido de pertencimento e oferece áreas de convivência, atividades escolares e ações ambientais.
8. A ambientação temática dos espaços internos, que reforça a experiência sensorial e afetiva do visitante, permitindo uma leitura imersiva da história a partir do cotidiano da antiga residência.
9. A valorização da figura de Rui Barbosa como personagem histórico, o que reforça o vínculo entre identidade individual e memória coletiva, conceito que pode ser explorado também na valorização de figuras locais e regionais no Bonserá.
10. A acessibilidade física ainda é limitada, o que restringe o acesso a pessoas com mobilidade reduzida. Isso evidencia a importância de pensar, desde o início, em soluções universais que contemplem todos os públicos.

2.3 Fazenda Narciso

A Fazenda Narciso, também denominada Haras Narciso, situada no município de Cruzília (ver figura 11), no sul de Minas Gerais, é um exemplar notável da arquitetura rural oitocentista brasileira e uma das propriedades originadas a partir do desmembramento da antiga Fazenda Campo Alegre, pertencente ao Barão de Alfenas. Em 2025, a gestão está sob

responsabilidade dos descendentes da família e integra o roteiro do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador, configurando-se como uma referência essencial para a compreensão da continuidade histórica e arquitetônica das fazendas tradicionais do sul de Minas Gerais (Domingos, 2015). Essas referências apresentam similaridades construtivas, históricas e simbólicas que dialogam diretamente com a edificação da proposta projetual, Bonserá do Madeira.

Figura 11: Mapa de localização do Haras Narciso no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.



Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap (2025) e Google Maps (2025)

2.3.1 Histórico da musealização

A Fazenda Narciso (ver imagem 15), constituída na primeira metade do século XIX, teve origem no desmembramento da antiga Fazenda Campo Alegre, propriedade de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas. Seu nome faz referência ao rio que atravessa suas terras e que, assim como a própria fazenda, mantém-se presente no cotidiano da propriedade até os dias atuais, com funções produtivas e residenciais. Essa continuidade de uso ao longo de quase dois séculos faz da Fazenda Narciso um raro exemplo de preservação rural ativa (Revista Fronteiras Marchador, 2015).

Figura 15: Fachada da Fazenda Narciso



Fonte: Cavalus (2015)

Administrada há gerações pela mesma família, a fazenda está atualmente sob os cuidados de Sílvio Júlio Junqueira Pereira, conhecido como “Julinho do Narciso”, e seus irmãos. O criatório ali estabelecido é reconhecido como berço de importantes linhagens da raça Mangalarga Marchador (Lollobrígida, 2015).

Para além da preservação da arquitetura e da função residencial, a Fazenda Narciso passou a integrar circuitos de visitação do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador, compondo o Roteiro 2 do Museu Território, que apresenta ao público as fazendas históricas formadoras da raça (Prefeitura de Cruzília, 2020).

2.3.2 Relevância para a Proposta Projetual

A Fazenda Narciso revela-se altamente pertinente à proposta projetual por compartilhar diversas afinidades construtivas, históricas e regionais com o Casarão Bonserá do Madeira. Ambos são exemplares do século XVIII, localizados no sul de Minas Gerais e refletem a arquitetura rural tradicional brasileira com plantas longitudinais, uso de materiais naturais e soluções adaptadas ao clima e à cultura local (Cruz, 2008).

A manutenção da função residencial na Fazenda Narciso oferece subsídios valiosos para compreender como o uso contínuo pode contribuir para a conservação material e simbólica do patrimônio.

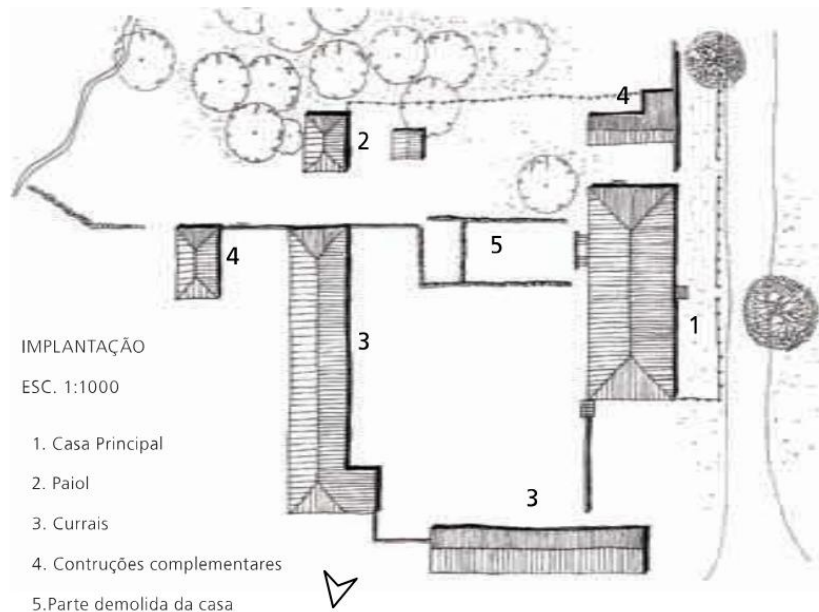
Além disso, o modo como os fluxos internos foram reorganizados de forma intuitiva, respeitando o traçado original, oferece uma referência metodológica para intervenções mínimas e reversíveis no Casarão Bonserá. O estudo da Fazenda possibilita, portanto, o reconhecimento de estratégias projetuais compatíveis com a autenticidade construtiva e o potencial educativo da proposta em desenvolvimento.

2.3.3 Fluxos, Circulação e Acessibilidade

A organização espacial da sede da Fazenda Narciso foi conservada com alterações pontuais, de modo a respeitar o desenho arquitetônico original da edificação. Apresentando planta retangular e longitudinal, com dimensões aproximadas de 12 por 29 metros, sua conformação remete às tipologias de chácaras coloniais situadas nas bordas dos núcleos urbanos, frequentemente associadas às elites rurais do período colonial, embora adaptadas às especificidades do contexto regional (Reis Filho, 2021).

A disposição da residência principal no terreno (ver figura 12) destaca sua função central no complexo rural, evidenciando sua integração funcional com estruturas auxiliares, como o paiol, os currais e outras construções de apoio. A relação entre a edificação e a paisagem ao seu redor reforça o caráter autossuficiente da fazenda, conforme descrito no inventário do Barão de Alfenas, datado de 1868. Este documento registra a existência de uma infraestrutura rural multifacetada, composta por engenhos, moinho, paiol, casa de queijos, olaria, fornalha, entre outras construções, todas cobertas com telhas cerâmicas, o que sublinha a funcionalidade e a autonomia do sistema produtivo (Fazendas Históricas do Sul de Minas Gerais). É relevante observar que o setor de serviços, identificado pelo número 4 na planta de implantação, que inicialmente era isolado do volume principal da casa, foi posteriormente incorporado à edificação, os indícios dessa alteração são evidentes pelos arrimos de pedra próximos à saída da sala de jantar.

Figura 12: Implantação da Fazenda Narciso



Fonte: Cruz (2008), adaptado pela autora (2025)

O projeto arquitetônico original foi mantido e a distribuição interna dos espaços segue a lógica construtiva e hierárquica própria da época (ver figura 13), com uma circulação clara, direta e funcional entre os ambientes. A edificação é organizada em três setores distintos, conforme ilustrado na planta:

Figura 13: Planta baixa da casa principal, identificada pelo número 1 na implantação, com setorização dos ambientes.



Fonte: Cruz (2008), adaptado pela autora (2025)

1. Setor Externo ou Social (vermelho): atua como área de transição entre o exterior e o interior da casa, proporcionando acesso ao núcleo principal da construção, sendo esse um local próprio de recepção de visitantes.
2. Setor Familiar (amarelo): ocupa a parte central da planta, faz a conexão entre os setores externos e de serviço. Este setor é mais reservado e favorece a fluidez da circulação longitudinal.
3. Setor de Serviços (roxo): situado na extremidade edificação, concentra os ambientes de apoio, originalmente destinados ao preparo de alimentos e outras funções domésticas. A circulação nesse setor é mais restrita e funcional, assegurando uma certa independência em relação aos demais espaços.

A articulação entre os diferentes setores da edificação ocorre, predominantemente, por meio de corredores e aberturas internas que favorecem tanto a ventilação cruzada quanto a entrada de luz natural. Esses recursos são potencializados pelo pé-direito elevado, com 4,40 metros de altura, e pela disposição lateral das janelas, que contribuem para o conforto ambiental dos espaços internos (Cruz, 2008).

A fachada principal (ver figura 14) apresenta uma composição simétrica, caracterizada por uma porta central flanqueada por janelas dotadas de postigos e pestanas. Os postigos consistem em pequenos painéis ou venezianas, geralmente em madeira, utilizados para proteger os interiores da ação de agentes externos como vento, chuva e incidência solar intensa. Além disso, exercem função estética, associada à linguagem da arquitetura colonial (IPHAN, 1968). As pestanas, por sua vez, são grades ou barras fixadas na parte inferior das janelas, feitas de madeira ou metal, com o propósito de reforçar a segurança do ambiente, dificultando o acesso externo de pessoas ou animais. Em determinados casos, também favorecem a ventilação, especialmente em aberturas localizadas em níveis mais elevados (Benincasa, 2008).

Figura 14: Croqui da fachada lateral e frontal, respectivamente, da Fazenda Narciso.



ELEVAÇÃO LATERAL

esc. 1:500



ELEVAÇÃO FRONTAL

esc. 1:500

Fonte: Cruz (2008)

As intervenções observadas nas fachadas e nas elevações laterais indicam a supressão de elementos ornamentais originais, como cunhais e beirais (ver imagem 16), o que resultou em uma simplificação progressiva da linguagem formal da edificação. Apesar dessas perdas, aspectos fundamentais da composição, como a volumetria original, a cobertura em telhado de quatro águas e o porão elevado, permanecem preservados, assegurando a integridade histórica e a leitura arquitetônica do conjunto.

Imagem 16: Cunhal e beiral da Fazenda Narciso antes da reforma



Fonte: Cruz (2008)

As esquadrias da edificação são constituídas por janelas do tipo guilhotina, com acabamento detalhado que evidencia o domínio de técnicas construtivas apuradas e a

utilização de materiais de alta qualidade, como a madeira de pau-óleo nas janelas e de araucária no piso. Este último se destaca por suas tábuas largas, variando entre 35 e 50 centímetros, conferindo robustez aos ambientes internos (Cruz, 2008).

2.3.4 Exposições e Função Contemporânea

A sede da Fazenda permanece em uso como residência, o que contribui não apenas para a conservação material do edifício, mas também para a continuidade de seus usos históricos. Seu interior abriga mobiliário original, objetos de uso cotidiano e elementos decorativos que remetem ao passado, como antigos aparelhos telefônicos (ver imagem 17) e móveis de características rústicas.

Imagem 17: Telefone antigo presente no casarão da Fazenda Narciso.



Fonte: Caminhos de minas (2024)

Simultaneamente, é possível identificar a incorporação de elementos contemporâneos, como eletrodomésticos, que revelam a adaptação dos espaços às demandas da vida atual (ver imagens 18 e 19). Os interiores da sede exemplificam, portanto, a convivência entre o acervo histórico preservado e as atualizações funcionais do cotidiano. Essa justaposição de tempos distintos evidencia a continuidade do modo de vida rural e reafirma o valor do patrimônio como uma expressão dinâmica, constantemente ressignificada pelas necessidades do presente.

Imagem 18: Quarto com mobiliário em madeira maciça de época, associado à presença de televisão, indicando a integração entre tradição e funcionalidade contemporânea.



Fonte: Caminhos de minas (2024)

Imagem 19: Sala principal com mobiliário histórico e equipamentos contemporâneos, evidenciando a convivência entre passado e presente.



Fonte: Caminhos de minas (2024)

Além de sua função residencial, a sede mantém uma estreita relação com as atividades produtivas desenvolvidas na fazenda. A diversidade de práticas agrícolas e pecuárias, como a produção de leite, milho, café, soja, além da criação de gado e, sobretudo, de cavalos, confere ao imóvel um papel central na dinâmica econômica e social da região (Caminhos de Minas, 2024). Tais atividades estão distribuídas em distintos setores da propriedade (ver imagens 20 e 21), o que reforça seu caráter multifuncional e evidencia a articulação entre herança histórica e uso contemporâneo.

Imagem 20: Fotografia aérea da propriedade, evidenciando o caráter múltiplo do local.



Fonte: Caminhos de Minas (2024)

Imagem 21: Registro de uma das áreas destinadas à criação de cavalos.



Fonte: Caminhos de Minas (2024)

Por fim, a Fazenda Narciso passou a integrar os circuitos de visitação vinculados ao Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador, compondo o Roteiro 2 do Museu Território. Este itinerário tem como objetivo apresentar ao público as fazendas históricas diretamente associadas à formação da raça, promovendo uma imersão tanto na origem do Mangalarga Marchador quanto no universo rural mineiro. Com isso, consolida-se o território como patrimônio material vivo, articulando memória, identidade e continuidade cultural (Lollobrígida, 2015).

A permanência das atividades e a ocupação contínua da propriedade fortalecem uma abordagem de preservação que não se limita à conservação física do bem, mas valoriza os

modos de vida ainda praticados. Ao integrar práticas produtivas tradicionais às demandas do presente, a fazenda evidencia um modelo de patrimônio ativo, no qual a autenticidade está diretamente ligada à vivência cotidiana e à transmissão intergeracional de saberes e fazeres.

2.3.5 Considerações Finais: Análise Crítica

A Fazenda Narciso configura-se como um exemplo significativo de preservação ativa do patrimônio rural mineiro. Sua permanência como residência funcional, somada à integração em roteiros museológicos e à continuidade das atividades produtivas, confere-lhe uma dimensão dinâmica que valoriza tanto a conservação física quanto os modos de vida associados ao lugar. Ao conciliar tradição, uso cotidiano e ações educativas, consolida-se como referência metodológica para projetos patrimoniais que buscam dialogar com a memória local sem renunciar à funcionalidade contemporânea.

Entre os principais aspectos observados, destacam-se:

1. Continuidade do uso original como estratégia de preservação: a função residencial garante o cuidado contínuo com a estrutura, promovendo sua conservação material e simbólica. O Casarão Bonserá, embora não exercendo a função de moradia, pode se beneficiar de uma estratégia que inclua usos regulares (como atividades culturais, educativas ou de acolhimento), mantendo-o ativo e próximo da comunidade.
2. Integração entre patrimônio e atividades produtivas: a permanência das práticas agrícolas e pecuárias demonstra como o patrimônio pode ser ativado de forma sustentável, reforçando seu papel como agente econômico, histórico e cultural no contexto regional.
3. Participação em circuitos museológicos e função educativa: a inclusão da sede no Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador amplia sua dimensão pública, oferecendo uma experiência imersiva que articula passado e presente. O Bonserá pode ser integrado a circuitos culturais regionais, associando sua história às famílias fundadoras e à paisagem rural do sul de Minas, funcionando como núcleo de educação patrimonial.
4. Organização espacial preservada com intervenções mínimas: a conservação da planta original, com adaptações pontuais e intuitivas, respeita as características construtivas do século XIX, servindo de referência para intervenções reversíveis e de baixo impacto.

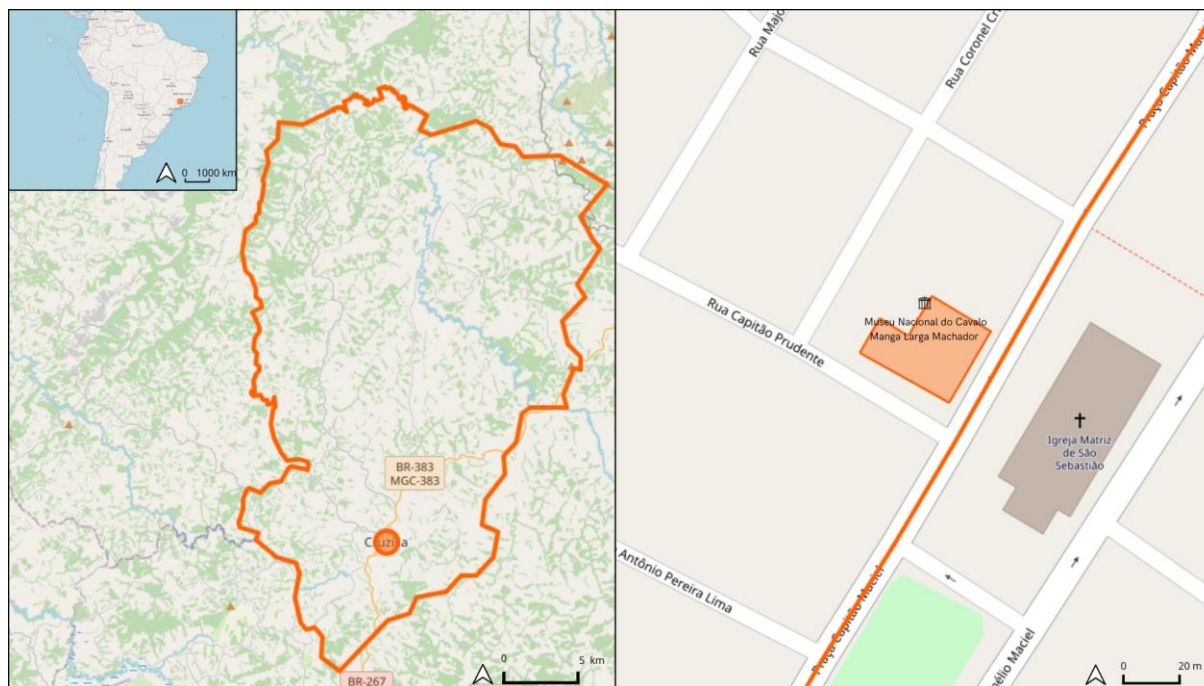
5. Convivência equilibrada entre acervo histórico e elementos contemporâneos: a presença de mobiliário de época associado a itens modernos (como eletrodomésticos e equipamentos de mídia) revela um equilíbrio entre memória e funcionalidade, destacando o patrimônio como um espaço vivido e em constante ressignificação.
6. Ausência de adaptações para acessibilidade universal: edificação carece de soluções que atendam pessoas com mobilidade reduzida, evidenciando uma lacuna importante em projetos com vocação educativa e cultural.
7. Simplificação formal da linguagem arquitetônica externa: supressão de elementos como cunhais e beirais durante reformas compromete parcialmente a leitura original da edificação, embora a volumetria e os materiais estruturais tenham sido preservados. O caso evidencia a necessidade de critérios claros para futuras intervenções no Bonserá.

Portanto, o Haras Narciso demonstra que é possível alinhar conservação, funcionalidade e saberes locais. Seu exemplo fortalece abordagens que reconhecem o patrimônio como prática cotidiana e aponta caminhos para políticas de salvaguarda sensíveis ao contexto rural brasileiro.

2.4 Museu nacional do mangalarga machador

Localizado na Praça da Matriz, no centro histórico de Cruzília, no sul de Minas Gerais (ver figura 15), o Museu Nacional do Cavalão Mangalarga Marchador foi criado com o objetivo de investigar, conservar e promover a memória relacionada ao desenvolvimento da raça Mangalarga Marchador, reconhecida como patrimônio cultural brasileiro (ALMG, 2012; Câmara dos Deputados, 2022). A inauguração oficial ocorreu em 17 de novembro de 2012. Para sua adequação à função museológica, o edifício passou por um processo de requalificação, buscando respeitar e preservar suas características arquitetônicas originais (Prefeitura de Cruzília, 2024).

Figura 15: Mapa de localização do Museu Nacional do Mangalarga Marchador no bairro, na cidade e no país, respectivamente, da direita para a esquerda.



Fonte: OpenStreetMap (2025) adaptado pela autora (2025)

2.4.1 Histórico da musealização

O museu ocupa o casarão histórico (ver figura 35) conhecido como Casa da Bela Cruz, construído em 1853 por Prudente dos Reis Meirelles, então proprietário da Fazenda Bela Cruz. O edifício fazia parte de uma prática comum da elite agrária do século XIX, que consistia na manutenção de uma residência urbana destinada a atividades administrativas e à convivência social, especialmente durante festividades religiosas. (Reis Filho, 2021).

A origem da raça Mangalarga Marchador remonta a um processo de seleção iniciado há cerca de duzentos anos, na antiga Comarca do Rio das Mortes, no sul de Minas Gerais. Naquele período, cavalos da raça Alter Real, originários de Portugal, foram cruzados com éguas crioulas marchadoras, originando uma linhagem caracterizada pela docilidade, vigor e boa conformação morfológica, adequada às demandas do trabalho nas fazendas. A criação da raça é atribuída ao Barão de Alfenas, Gabriel Francisco Junqueira, e a seu sobrinho, José Flausino Junqueira, ambos envolvidos com cavalgadas e caçadas, atividades comuns à elite da época. Esses animais exerciam papel relevante na economia, atuando como meio de transporte, força de tração, objeto de troca e produto valorizado (Fronteiras Marchador, 2015; Prado, 1987).

Com a decadência da mineração no século XVIII, Minas Gerais passou a adotar um novo modelo econômico baseado na agropecuária, o que contribuiu para o surgimento de vilas como Cruzília e a intensificação da ocupação do Sul de Minas (Prado, 1987; Saint-Hilaire, 1975). Devido à escassez de rios navegáveis e à ausência de ferrovias, a mobilidade dependia intensamente de cavalos e muares. Nesse contexto, os cavalos marchadores tornaram-se valiosos por sua resistência e capacidade de deslocamento em terrenos acidentados e longas distâncias (Benedito, 1987).

Cruzília está situada no trecho conhecido como Caminho Velho da Estrada Real e integra o circuito turístico das Montanhas Mágicas da Mantiqueira. Com tradição em propriedades rurais históricas, o município foi emancipado politicamente em 1948, após ser distrito de Baependi desde 1873 (Sanches, 2016). A administração municipal reconhece oficialmente a importância do Mangalarga Marchador para a história e a identidade local, além de sua contribuição para o desenvolvimento de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro (Prefeitura de Cruzília, 2025).

A concepção do museu teve início nos anos 1990, por iniciativa de criadores ligados à ABCCMM (Associação Brasileira dos Criadores do Cavalo Mangalarga Marchador). Para sua administração, foi criada em 2006 a Fundação Barão de Alfenas, responsável pela manutenção do espaço. O projeto museográfico, aprovado em 2009 via Lei Rouanet, foi coordenado pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez, também responsável por museus como o do Oratório e o de Sant'Ana (Santana, 2020). A curadoria priorizou a valorização da trajetória da raça e sua importância na identidade cultural de Cruzília, além da conservação de um acervo anteriormente disperso entre diversas fazendas (Prefeitura de Cruzília, 2025).

Atualmente, o Ministério Público de Minas Gerais supervisiona as ações da Fundação Barão de Alfenas, garantindo a legalidade e transparência da instituição (Prefeitura de Cruzília, 2025). O Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador (ver imagem 22) configura-se, assim, como um espaço de memória essencial para a preservação da história da raça, bem como dos valores culturais, simbólicos e econômicos que constituem a identidade regional e nacional.

Imagem 22: Fachada do Museu Nacional do Mangalarga Machador



Fonte: Portal Cavalus, 2023

2.4.2 Relevância para a proposta projetual

O Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador representa um exemplo significativo de requalificação patrimonial com fins museológicos, evidenciando a viabilidade da adaptação de edificações históricas para usos culturais contemporâneos. Sua implantação demonstra como é possível preservar a autenticidade arquitetônica ao mesmo tempo em que se articula um discurso curatorial alinhado às especificidades históricas e identitárias do território.

A escolha de um recorte temático vinculado à memória rural e às práticas socioculturais locais reforça o papel do museu como agente de valorização da identidade regional. Nesse sentido, o projeto museográfico não apenas resgata narrativas dispersas, como também estrutura um acervo que dialoga com a história agrária do sul de Minas Gerais e suas transformações econômicas e sociais.

Outro ponto de destaque é a forma como o museu opera em rede, articulando roteiros externos e promovendo conexões entre o patrimônio edificado e a paisagem rural. Essa abordagem amplia o alcance da ação museológica e favorece o fortalecimento de vínculos entre memória, território e comunidade. Ao adotar um modelo de gestão compartilhada entre instituições públicas e privadas, o museu também oferece parâmetros operacionais relevantes para a sustentabilidade de equipamentos culturais instalados em edificações históricas.

Assim, a experiência do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador serve como referência para projetos que buscam integrar preservação patrimonial, ativação cultural e desenvolvimento territorial, oferecendo subsídios para estratégias museológicas sensíveis à historicidade dos bens e à dinâmica social de seus contextos.

2.4.3 Fluxos, Circulação e Acessibilidade

A edificação que abriga o museu representa a arquitetura civil urbana típica do período colonial brasileiro (ver imagem 23), especialmente nas cidades do interior. Trata-se de uma construção térrea com porão alto, implantada diretamente sobre o alinhamento do passeio público, sem recuos frontais ou laterais, solução comum nas malhas urbanas coloniais, visando otimizar a ocupação do lote ((Filho, 2021).

Imagem 23: Casarão implantado diretamente sobre o alinhamento do passeio público, conforme tipologia urbana característica do período colonial.



Fonte: Portal UAI, Estado de Minas (2012)

A estrutura é composta por alvenaria de terra crua, com a técnica de pau a pique, visível em um painel expositivo no interior do museu (ver imagem 24). Essa técnica consiste em tramas de madeira preenchidas com barro, amplamente empregada nos séculos XVIII e XIX (Souza, 2015). Destaca-se também o forro em madeira, que confere autenticidade ao conjunto arquitetônico.

Imagem 24: Detalhe da parede original do casarão em pau-a-pique



Fonte: Sanches, 2015

As esquadrias, todas em madeira, são caracterizadas por guarnições em tom ocre, criando contraste com as paredes caiadas de branco. As janelas seguem o modelo de caixilhos com folhas de abrir e bandeiras envidraçadas, subdivididas por pequenos caixilhos retangulares, típicos da linguagem luso-brasileira oitocentista (Abreu, 2010).

A fachada destaca-se pela simetria e alinhamento das aberturas, reforçando a regularidade compositiva típica da arquitetura neoclássica popular. O telhado é recoberto por telhas cerâmicas do tipo capa e canal, com beirais salientes, solução que, além de estética, contribui para a proteção da estrutura contra intempéries (Oliveira, 2011). No interior, o pátio central (ver imagem 25), cercado por alas em forma de “L”, segue uma lógica funcional adaptada a terrenos inclinados.

Imagem 25: Pátio central do Museu Nacional do Mangalarga Machador



Fonte: Vida sem paredes, 2020

Em relação à acessibilidade, o museu conta com rampa de acesso, elevador e sanitário adaptado para pessoas com mobilidade reduzida. No entanto, ainda apresenta limitações quanto à acessibilidade comunicacional, carecendo de recursos voltados a pessoas com deficiência auditiva e visual, assim como atendimento multilíngue para visitantes estrangeiros (ABCCMM, 2024).

A organização dos fluxos no Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador é facilitada pela disposição linear dos espaços expositivos, conduzindo o visitante por uma sequência lógica de fruição. O percurso começa com a apresentação histórica do Barão de Alfenas e segue para os temas relacionados à formação, seleção e consolidação da raça Mangalarga.

3.4.4 Exposições e Função Contemporânea

Apesar de o edifício original exibir características da arquitetura colonial mineira como planta em "L", pátio interno e pé-direito elevado, a adaptação museológica respeita essas premissas, promovendo uma circulação clara e intuitiva entre os setores.

A primeira sala, denominada Barão de Alfenas, é dedicada à figura de Gabriel Francisco Junqueira, o Barão de Alfenas, considerado o precursor da criação do cavalo Mangalarga no Brasil. A Sala Formação da Raça apresenta o processo de formação do Mangalarga, destacando o cruzamento do garanhão Alter do Chão com éguas marchadoras

crioulas da região. Já a sala Seleção Funcional aborda o aprimoramento da raça, com ênfase nas práticas de seleção utilizadas historicamente durante as caçadas. Na Sala A Lida, são expostos objetos utilizados no cotidiano dos cavaleiros, como chapéus, selas e berrantes, além de vídeos explicativos sobre as características da marcha. A Sala Feiras e Reconhecimento reúne troféus, registros de exposições e itens que demonstram a valorização e o reconhecimento da raça ao longo do tempo. Por fim, a Sala Fazendas Pilares mapeia as principais fazendas responsáveis pela consolidação da raça, com destaque para as propriedades Junqueira e Meirelles (ver imagem 26).

Figura 26: Sala Fazendas Pilares e Sala Feiras e Reconhecimento do Museu Nacional do Mangalarga Machador



Fonte: Torres, 2024

Além da sede, o museu estabelece três roteiros externos que conduzem o visitante por antigas fazendas diretamente ligadas à história do cavalo Mangalarga Marchador, a partir de Cruzília (MG):

1. Roteiro I: Fazendas Boa Vista, Campo Alegre, Canfundó e Bela Cruz
2. Roteiro II: Fazendas Narciso, Favacho e Traituba
3. Roteiro III: Fazendas Angaí, Campo Lindo, Engenho de Serra, Bela Vista e Espírito Santo/Poca

Esses circuitos complementam a visita à sede e contribuem para uma imersão mais profunda no território, reforçando os vínculos entre patrimônio material, memória e paisagem rural. Todos os percursos contam com acessos sinalizados por rodovias e estradas municipais, promovendo integração e acessibilidade ao conjunto.

3.4.5 Considerações Finais: Análise Crítica

O Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador constitui um exemplo relevante de reutilização adaptativa voltada à preservação do patrimônio arquitetônico e cultural rural mineiro. A transformação da antiga residência em espaço museológico foi realizada de forma criteriosa, respeitando os elementos formais da arquitetura tradicional do século XIX. Ao associar conservação arquitetônica, narrativa identitária e função educativa, o museu se consolida como referência na promoção da memória da raça Mangalarga Marchador, contribuindo para o fortalecimento do pertencimento comunitário e da economia cultural regional.

Entre os principais aspectos observados, destacam-se:

1. Preservação da integridade material e espacial original: a edificação mantém a configuração arquitetônica tradicional, com uso de materiais e técnicas construtivas originais, como a estrutura em madeira, forros e esquadrias, valorizando a autenticidade do bem.
2. Reutilização adaptativa como estratégia de preservação: a reconversão do uso residencial para museológico foi conduzida com intervenções de baixo impacto, garantindo a permanência dos valores arquitetônicos e promovendo a apropriação simbólica do espaço pela comunidade.
3. Ressignificação da memória por meio da musealização temática: a associação entre a história do imóvel e a trajetória da raça equina permite a construção de uma narrativa que articula território, identidade e patrimônio imaterial, gerando novos sentidos para a edificação.
4. Contribuição para a valorização da identidade local e regional: ao destacar a importância histórica e cultural do cavalo Mangalarga Marchador, o museu atua como instrumento de fortalecimento do sentimento de pertencimento e da memória coletiva no sul de Minas Gerais.
5. Consolidação como polo cultural e turístico: a integração ao circuito turístico da região amplia a visibilidade do patrimônio e contribui para o desenvolvimento local, tanto na dimensão econômica quanto na educativa.
6. Ausência de soluções adequadas para acessibilidade universal: a falta de sinalização inclusiva e de recursos que assegurem o acesso pleno a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida evidencia uma limitação relevante, especialmente considerando o caráter educativo do museu.

Dessa forma, o estudo de caso do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador evidencia a importância da articulação entre a conservação do patrimônio, a valorização da identidade cultural e a funcionalidade dos espaços museológicos, demonstrando como a memória coletiva pode ser ressignificada por meio da arquitetura tradicional adaptada às demandas contemporâneas.

3 PROBLEMÁTICA

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) o patrimônio cultural é constituído de bens tangíveis ou intangíveis que preservam a memória, identidade e criatividade dos mais diversos povos (IPHAN, 2014). Especificamente, o patrimônio arquitetônico, compreendido como os bens tangíveis, carrega a memória urbana e social, servindo como referência para locais e conferindo identidade à urbe (OLIVEIRA, 2020). A preservação desses bens, portanto, não apenas reconecta os indivíduos aos seus antepassados e à sua história, mas também os integra, fortalecendo o senso de pertencimento à coletividade (FLORÊNCIO, 2016). Nesse sentido, para que as gerações futuras as reconheçam como parte de sua identidade, é essencial conservar as construções que representam o passado de maneira sólida, possibilitando a compreensão das origens e o fortalecimento dos laços com a coletividade.

Paralelamente, considerando as informações supracitadas, transcorre-se o contexto para Lavras e a prática da preservação patrimonial. Esse município localiza-se no sul do estado de Minas Gerais, com posição geográfica estratégica, levando em conta sua conexão com três grandes capitais: Belo Horizonte (240 quilômetros), São Paulo (380 quilômetros) e Rio de Janeiro (425 quilômetros), além de possuir população de 104.761 pessoas (IBGE, 2022). Essa cidade se destaca como polo comercial da região, entretanto, seu reconhecimento externo está vinculado à estrutura educacional, com cerca de 60.000 estudantes distribuídos entre diferentes níveis de ensino, incluindo quatro instituições de ensino superior, dentre elas, a Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2023).

Essas características educacionais fazem com que o lema “Cidade dos Ipês e das escolas”, criado por Jorge Duarte em 1911, se mantenha quantitativamente na contemporaneidade (NEMETH-TORRES, 2011). Entretanto, embora a cidade tenha um forte vínculo com a educação, observa-se uma defasagem no ensino e na valorização do patrimônio histórico-cultural de Lavras, tal qual conhecimento com as raízes e memórias locais, sendo essa desconexão evidenciada pela depreciação de exemplares arquitetônicos significativos (MESSIAS, et al., 2020).

Diante desse cenário, com o objetivo de mitigar os impactos da descaracterização da cidade e da perda de identidade, busca-se discutir a importância da preservação do patrimônio histórico como ferramenta para fortalecer a identidade local. Para isso, o Casarão Bonserá do

Madeira é apresentado como objeto de estudo e revitalização. O IPHAN define revitalização como a refuncionalização estratégica de áreas com patrimônio cultural, promovendo uma nova dinâmica urbana baseada na diversidade econômica e social (IPHAN, 2014). Atualmente, essa edificação abriga um centro cultural gerido pela Associação Mineira de Preservação Patrimonial (AMCEP), com atividades voltadas para a região do Campo das Vertentes de Minas Gerais (AMCEP, 2024). Além disso, funciona como hospedaria, café e biblioteca de livros raros.

Segundo a Prefeitura Municipal, a cidade de Lavras teve como seu marco inicial a vinda de bandeirantes e o Casarão Bonserá do Madeira, datado de 1753, remonta ao período das primeiras que se estabeleceram na região em busca de ouro (PREFEITURA MUNICIPAL DE LAVRAS, 2020). Em seus arredores, é possível identificar elementos arqueológicos relevantes, como muros de pedras e valas escavados por tropeiros (AMCEP, 2022).

Conforme verificado através de visita in loco, essa edificação é um exemplar da arquitetura colonial brasileira com forte influência portuguesa, sua volumetria abriga elementos característicos do século XVIII, como o telhado em quatro águas de acentuada inclinação, com beirais salientes, e a fachada marcada pela simetria e pela disposição verticalmente alinhada de portas e janelas. As esquadrias apresentam molduras pintadas em azul, com venezianas internas em madeira. A porta principal, confeccionada em madeira maciça, possui verga reta e proporções verticais bem definidas, conferindo características como sobriedade, simplicidade e harmonia ao conjunto.

Posto isso, apesar de seu valor histórico e arquitetônico, o casarão ainda não foi objeto de tombamento oficial, o que evidencia a fragilidade das políticas de preservação e a carência de reconhecimento da população quanto à sua importância cultural. Essa ausência de proteção institucional se reflete na negligência com que a memória arquitetônica de Lavras tem sido tratada, resultando na descaracterização e, em muitos casos, na demolição de construções históricas (MESSIAS, et al., 2020).

Dessa forma, a problemática central deste estudo reside na falta de interesse da população pela história de Lavras, o que gera uma desconexão com o patrimônio cultural e favorece sua deterioração e demolição. A ausência de um sentimento de pertencimento compromete a preservação da memória local e impacta diretamente a identidade cultural da cidade (MESSIAS, et al., 2020). Como, então, despertar o interesse da população pelo seu patrimônio histórico e fortalecer o vínculo da comunidade com sua própria história?

A relevância deste trabalho reside na importância do Casarão Bonserá, não apenas como uma das edificações mais antigas de Lavras, mas como um marco fundamental para a origem do município. Ao analisar estratégias para sua valorização e revitalização, este estudo busca contribuir para a preservação da memória local e o fortalecimento do senso de pertencimento da população lavrense.

4 JUSTIFICATIVA

A descaracterização do patrimônio histórico e a consequente perda da identidade cultural são desafios enfrentados por diversas cidades brasileiras, incluindo Lavras. O desinteresse da população pelo patrimônio local contribui para esse processo, resultando na degradação de edificações de valor histórico. Diante desse cenário, este estudo se justifica pela necessidade de fortalecer o vínculo da comunidade com sua própria história, promovendo a valorização e preservação do Casarão Bonserá do Madeira como um marco do passado e um potencial agente de transformação cultural e social.

A proposta deste trabalho é sugerir uma nova função para o casarão, transformando-o em um complexo turístico-cultural com enfoque museológico. Dessa forma, a edificação, em vez de seguir em processo de deterioração, poderia ganhar um novo significado para a comunidade, abrigando atividades que despertam o interesse pelo patrimônio histórico e incentivam práticas educativas, acadêmicas e culturais. Além da preservação do Bonserá, a revitalização traria benefícios para a cidade, impulsionando o turismo, a economia local e o sentimento de pertencimento dos cidadãos.

Além disso, o estudo busca contribuir para um debate mais amplo: a necessidade de políticas mais eficazes para a preservação do patrimônio arquitetônico. Ao analisar o caso do Casarão Bonserá do Madeira, espera-se identificar estratégias que possam ser aplicadas a outras edificações históricas em situação semelhante. Valorizar a identidade cultural e resgatar a memória coletiva são passos essenciais para que futuras gerações reconheçam e se apropriem de sua herança histórica. Esse trabalho se insere nesse esforço, mostrando que o patrimônio não deve ser visto apenas como algo do passado, mas como parte viva da cidade e da comunidade.

5 OBJETIVOS

O objetivo geral consiste em minimizar a descaracterização e a demolição de exemplares históricos na cidade de Lavras (MG), promovendo o fortalecimento da identidade local por meio do resgate da memória e do estreitamento dos vínculos dos cidadãos com o passado histórico-cultural do município. Para tanto, propõe-se a revitalização do Casarão Bonserá do Madeira, por meio da criação de um complexo turístico-cultural, com foco museológico, visando à requalificação do espaço e à valorização da singularidade histórica da cidade. Além disso, são delineados os seguintes objetivos específicos:

1. Reconhecer o valor histórico e arquitetônico do Casarão Bonserá do Madeira, destacando sua importância como patrimônio cultural de Lavras;
2. Propor estratégias de revitalização para o Casarão Bonserá do Madeira, considerando aspectos históricos, arquitetônicos e sociais, de modo a garantir sua preservação;
3. Analisar o papel da educação patrimonial na conscientização da população de Lavras sobre a importância da preservação do patrimônio histórico local, com ênfase na valorização do Casarão Bonserá do Madeira e outros exemplares históricos da cidade.
4. Apontar as potencialidades do Casarão Bonserá do Madeira para se tornar um centro de atividades culturais, acadêmicas e turísticas, fomentando o conhecimento da história local e regional.

6 DIRETRIZES PROJETUAIS

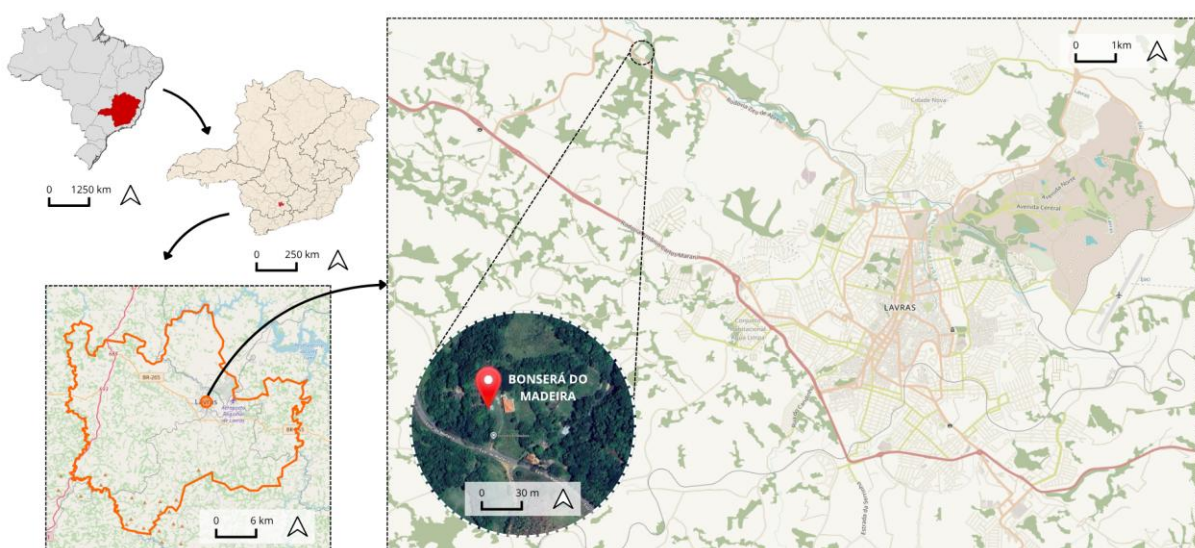
A proposta de revitalização do Casarão Bonserá do Madeira parte da compreensão de que o patrimônio histórico-cultural pode assumir novas funções, contribuindo para o bem-estar coletivo e para o fortalecimento dos vínculos entre a população e sua história. O uso de edificações históricas subutilizadas apresenta-se como resposta às perdas simbólicas e materiais que acometem centros urbanos e rurais em processo de descaracterização.

Assim, a implantação de um complexo turístico-cultural com enfoque museológico, visa não apenas à preservação da edificação, mas à sua reintegração ativa à vida comunitária. A valorização do bem edificado tem como objetivo ampliar o acesso ao patrimônio histórico, à educação cultural e ao sentimento de pertencimento, elementos fundamentais para o desenvolvimento social e cultural.

O uso proposto para o imóvel contempla atividades educativas, culturais e de lazer, beneficiando tanto a população residente na zona rural, quanto os visitantes do município. A edificação está situada na Rodovia Zito de Abreu, conhecida como Estrada do Madeira, na zona rural de Lavras/MG (ver figura 16).

Figura 16: Mapa de localização do Casarão na zona rural de Lavras, na cidade, no estado e no país.

MAPA DE LOCALIZAÇÃO: BONSERÁ DO MADEIRA



Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap e Google Maps (2025)

O acesso ao local se dá por duas rotas principais: a primeira parte da zona norte de Lavras em direção à rodovia Zito de Abreu; a segunda, pela BR-265, seguindo pela rodovia de Ribeirão Vermelho até a entrada na Estrada do Madeira (ver figura 17).

A análise do acesso (ver imagem 27) demonstra que, embora exista uma placa indicativa na margem da estrada, sua presença não se destaca no ambiente. A vegetação ao redor não chega a encobri-la, mas o tamanho reduzido e o design pouco atrativo contribuem para que passe despercebida, comprometendo a sinalização do acesso.

A estrada é ladeada por vegetação densa, que reforça o isolamento físico e visual da propriedade. A via de entrada caracteriza-se como uma trilha de terra estreita, ladeada por mato alto e árvores, conduzindo de forma discreta até o edifício histórico, parcialmente visível ao fundo.

Esse contexto dificulta a identificação espontânea do imóvel, limitando seu potencial de visitação e o reconhecimento como bem cultural relevante. Por outro lado, o isolamento promovido pela vegetação contribui para a preservação do ambiente, oferecendo proteção acústica e visual à propriedade.

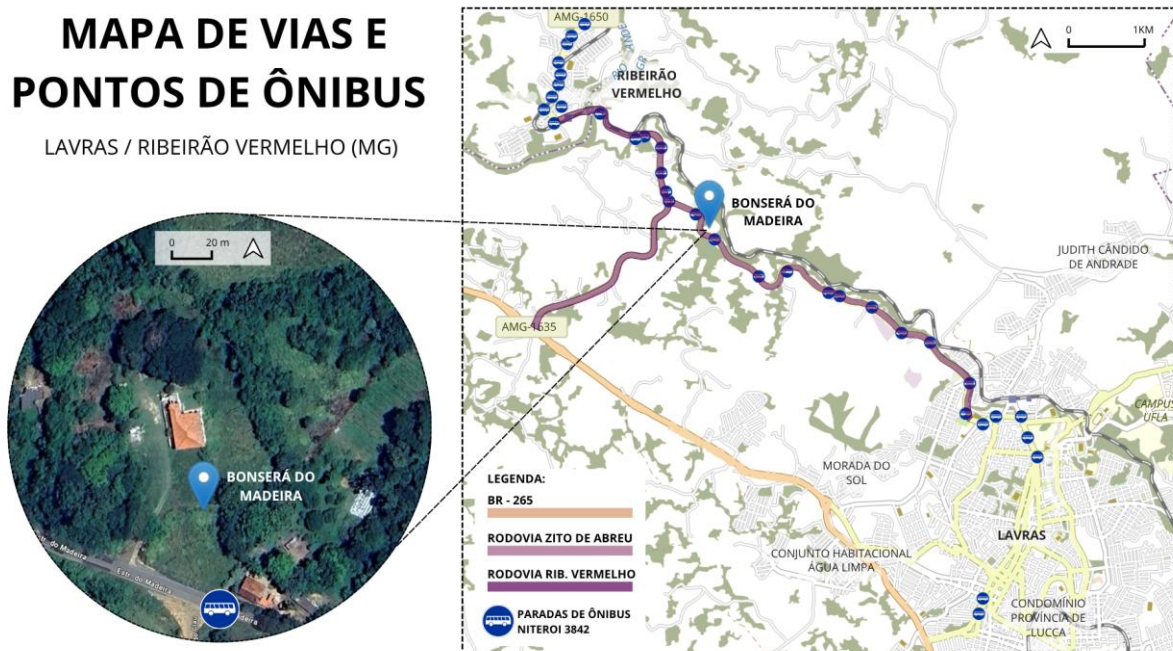
Imagem 27: Acesso à propriedade a partir da rodovia Zito de Abreu



Fonte: Produzido pela autora (2025)

Atualmente, o transporte público é limitado, com atendimento apenas pela linha Niterói 3842, que opera em horários restritos (ver figura 17). Diante disso, o projeto deve prever soluções complementares de mobilidade, como a implantação de áreas de estacionamento para veículos particulares e turísticos.

Figura 17: Mapa com rotas de acesso ao casarão Bonserá do Madeira com demarcação dos pontos de ônibus da linha Niterói 3842

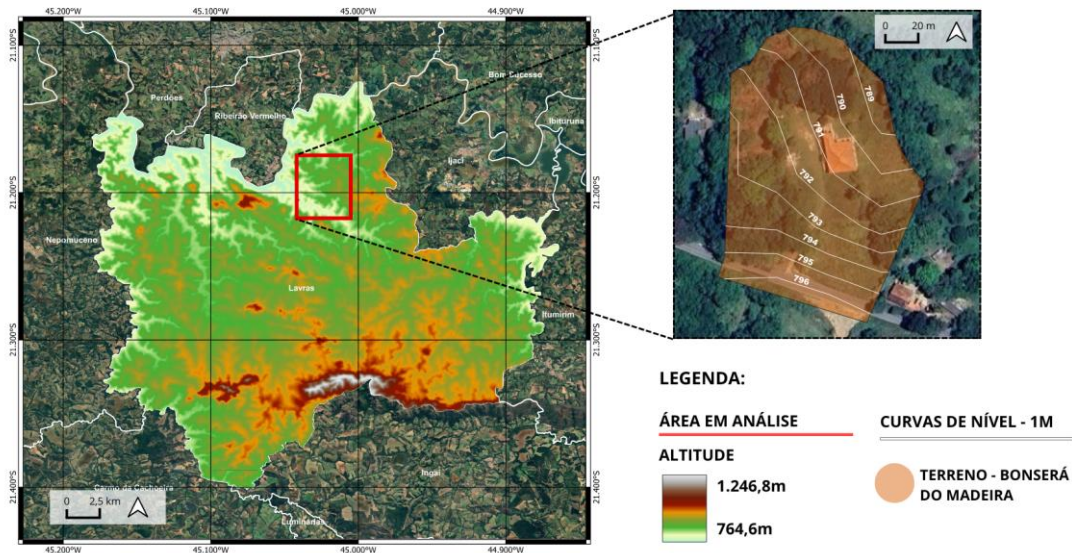


Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap, Moovit e Google Maps (2025)

A região apresenta baixa altimetria em relação ao entorno urbano, caracterizando-se por relevo suave e pouca variação de desnível (ver figura 20). Tal condição topográfica facilita a implantação de novas construções, minimizando intervenções de terraplenagem e os impactos ambientais decorrentes.

Figura 20: Mapa hipsométrico e topográfico de Lavras e do Bonserá do Madeira

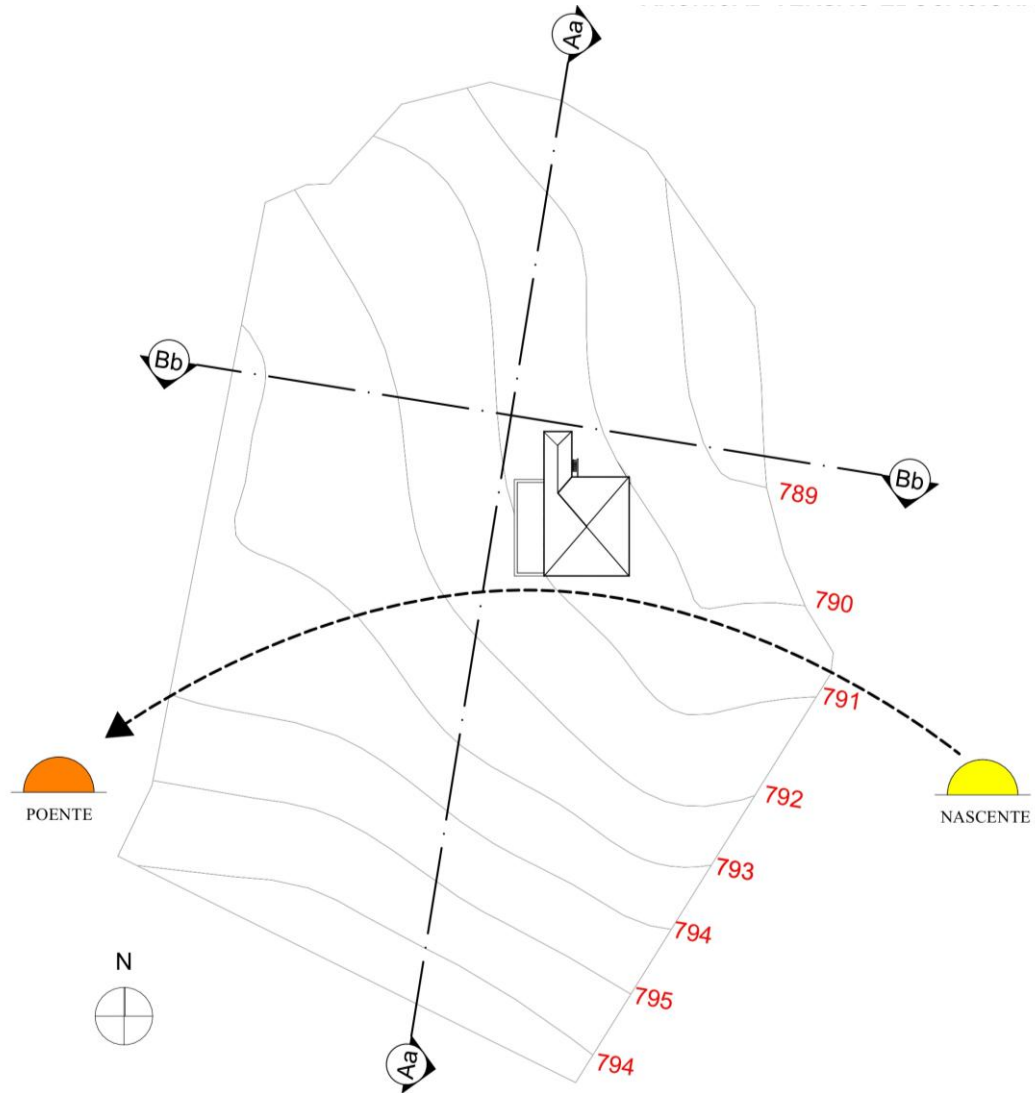
MAPA HIPSOMÉTRICO E TOPOGRÁFICO DE LAVRAS



Fonte: Elaborado pela autora com apoio do software QGIS, a partir de dados do IBGE e INPE. (2025)

A propriedade do Bonserá do Madeira possui uma área total de aproximadamente 14.120,62 m², conforme indicado na planta baixa do terreno em escala 1:1000 (ver figura 21). A topografia do terreno é representada por curvas de nível que variam entre as cotas 789 m e 795 m, indicando um desnível máximo de aproximadamente 6 metros ao longo da área. As áreas mais elevadas do terreno estão na porção leste e gradualmente desce em direção ao oeste, possibilitando a melhor exposição solar nas construções dispostas no terreno, se dispostas as fachadas nesse sentido.

Figura 21: Planta do terreno com curvas de nível e indicação do trajeto solar

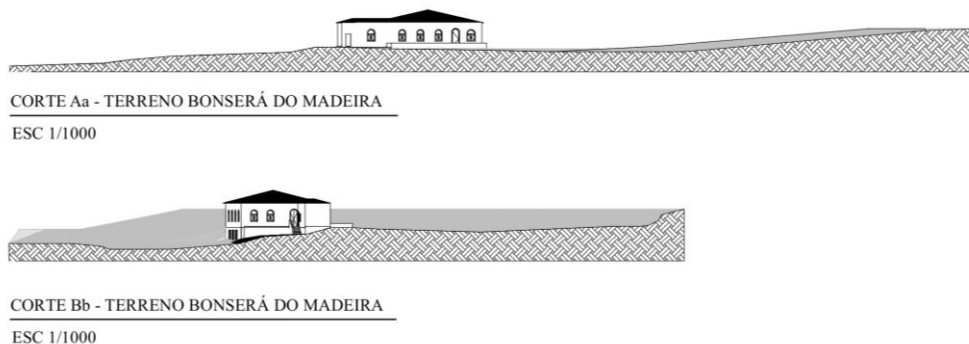


TERRENO BONSERÁ DO MADEIRA
ESC 1/1000

Fonte: elaborado pela autora com apoio do software Archicad, a partir de dados do IBGE e INPE (2025)

Os cortes transversais Aa e Bb (ver figura 22) reforçam a característica de uma declividade suave, apresentando uma inclinação gradual do terreno, favorecendo a implantação sem a necessidade de grandes movimentações de terra.

Figura 22: Cortes transversais Aa e Bb reforçando a declividade suave do terreno.



Fonte: elaborado pela autora com apoio do software Archicad, a partir de dados do IBGE e INPE (2025)

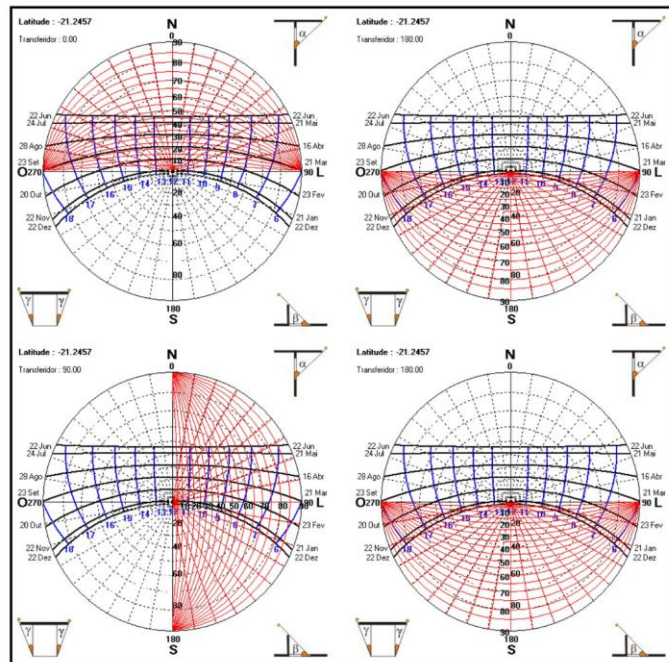
A partir da análise da carta solar e da direção dos ventos locais (ver figura 23), verifica-se que os ventos predominantes incidem dos quadrantes sudeste e leste, favorecidos pelo relevo e pelos corredores naturais formados pela vegetação e pela hidrografia. Essa condição deve orientar a posição das aberturas e das edificações, a fim de favorecer a ventilação cruzada e o resfriamento natural dos ambientes.

As cartas solares indicam ampla incidência de radiação ao longo do ano, especialmente nos períodos da manhã e da tarde. Por isso, as fachadas voltadas para leste e oeste devem receber proteção solar adequada, como beirais, alpendres ou vegetação, para reduzir o ganho térmico sem comprometer a iluminação natural.

Considerando o relevo suave e a orientação solar, o projeto pode adotar estratégias passivas de climatização, reduzindo o uso de sistemas artificiais e promovendo conforto térmico.

Figura 23: Ventilação e Carta Solar

VENTILAÇÃO E CARTA SOLAR

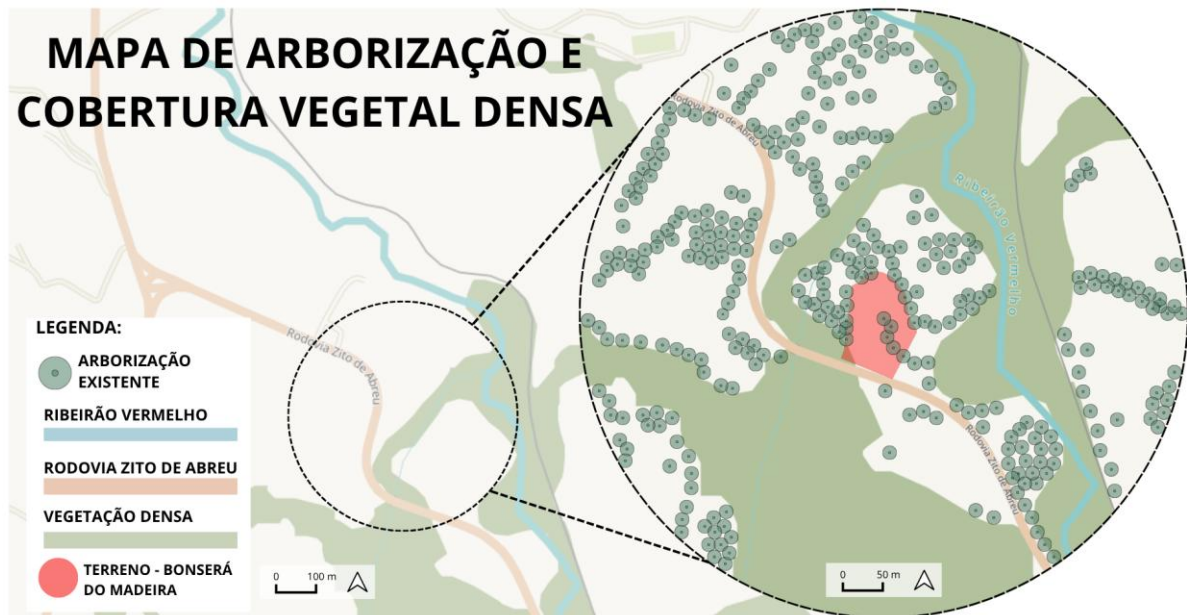


Fonte: elaborado pela autora a partir do site OpenStreetMap e apoio do software SOL-AR (2025)

A presença de vegetação densa no entorno imediato do Casarão Bonserá do Madeira configura-se como um dos principais ativos ambientais do local, contribuindo não apenas para a qualidade paisagística, mas também para o conforto microclimático e a preservação ecológica da área (ver figura 24). Destaca-se a arborização existente ao longo das margens do Ribeirão Vermelho e nas imediações da Rodovia Zito de Abreu.

Essa condição favorece a regulação térmica natural do ambiente, promovendo sombreamento, atenuação da radiação solar direta e redução das ilhas de calor, aspectos essenciais para a implantação de um complexo turístico-cultural com ênfase em sustentabilidade e conforto ambiental. Além disso, a vegetação atua como barreira natural contra ventos fortes, auxilia na retenção de umidade do solo e contribui para a estabilidade ecológica do terreno.

Figura 24: Mapa arborização em um raio de 300 metros a partir do Casarão Bonserá do Madeira.



Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap, Moovit e Google Maps (2025)

A presença de espécies arbóreas no entorno do casarão (ver figuras 25, 26 e 27) constitui uma oportunidade para a implantação de trilhas interpretativas e espaços voltados à educação ambiental, fortalecendo a proposta museológica e comunitária do projeto. A integração entre o patrimônio edificado e o natural amplia o potencial educativo, turístico e ecológico da iniciativa, promovendo uma abordagem interdisciplinar que articula cultura, meio ambiente e memória.

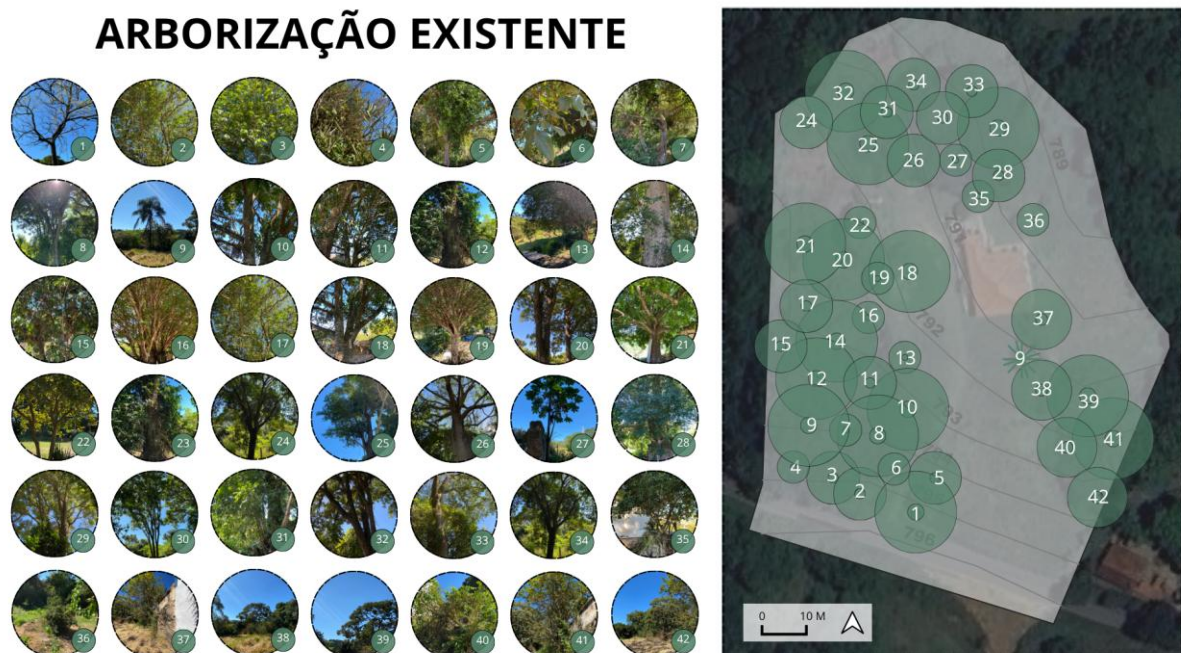
A vegetação existente desempenha funções essenciais, como a manutenção do ecoclima local, a proteção do solo, a regulação hídrica, a conservação da biodiversidade e o abrigo da fauna associada. Além desses aspectos ambientais, sua presença reforça a importância da articulação entre os valores culturais e naturais do sítio.

A configuração atual da paisagem evidencia a permanência de práticas tradicionais de uso do espaço rural, típicas do período colonial. Conforme aponta Veríssimo (1999), era comum, no século XVIII, o plantio de espécies frutíferas no entorno das edificações como estratégia de subsistência, diante do isolamento geográfico e da necessidade de autossuficiência das propriedades. O casarão, datado desse período, está inserido nesse contexto, em que espécies como, por exemplo, mangueiras e goiabeiras eram comumente

cultivadas, configurando uma importante herança paisagística e testemunho das práticas cotidianas dos antigos moradores.

Adicionalmente, a presença de espécies exóticas, originárias da África e da Europa, evidencia processos históricos de intercâmbio biológico e cultural, resultantes da introdução de elementos botânicos pelos grupos colonizadores europeus e pelas populações africanas escravizadas. Esse dado reforça a complexidade das dinâmicas sociais, econômicas e culturais que conformaram a paisagem local ao longo do tempo.

Figura 25: Espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira



Fonte: Elaborado pela autora a partir Google Maps, Plantnet e Canva (2025)

Figura 26: Espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira

ARBORIZAÇÃO EXISTENTE

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	PORTE	ORIGEM / BIOMA
1 <i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
2 <i>Celtis africana</i> Burm.f.	White stinkwood	Médio	Exótica / África Subsarian
3 <i>Bridelia micrantha</i> (Hochst.) Baill.	Bridelia	Médio	Exótica / África
4 <i>Tephrosia vogelii</i> Hook.f.	Tephrosia	Arbusto	Exótica / África
5 <i>Halleria lucida</i> L.	Halleria	Médio	Exótica / África
6 <i>Psidium guajava</i> L.	Goiaba	Pequeno	América Tropical
7 <i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitanga-roxa	Pequeno	Mata Atlântica
8 <i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Copaiba ou Pau-de-óleo	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
9 <i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Jerivá	Médio a grande	Mata Atlântica
10 <i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
11 <i>Nuxia floribunda</i> Benth.	Nuxia	Médio	Exótica / África
12 <i>Ulmus laevis</i> Pall.	Olmo Branco Europeu	Grande	Exótica / Europa
13 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
14 <i>Fraxinus excelsior</i> L.	Freixo-europeu	Grande	Exótica / Europa
15 <i>Cordia africana</i> Lam.	Cordia-da-abissínia	Médio	África
16 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
17 <i>Halleria lucida</i> L.	Halleria	Médio	Exótica / África
18 <i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira	Grande	Exótica / Sul da Ásia
19 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
20 <i>Eucalyptus botryoides</i> Sm.	Eucalipto	Grande	Exótica / Austrália
21 <i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira	Grande	Exótica / Sul da Ásia



Fonte: Elaborado pela autora a partir Google Maps, Plantnet e Canva (2025)

Figura 27: Espécies arbóreas identificadas na propriedade do Bonserá do Madeira

ARBORIZAÇÃO EXISTENTE

NOME CIENTÍFICO	NOME COMUM	PORTE	ORIGEM / BIOMA
1 <i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
2 <i>Celtis africana</i> Burm.f.	White stinkwood	Médio	Exótica / África Subsarian
3 <i>Bridelia micrantha</i> (Hochst.) Baill.	Bridelia	Médio	Exótica / África
4 <i>Tephrosia vogelii</i> Hook.f.	Tephrosia	Arbusto	Exótica / África
5 <i>Halleria lucida</i> L.	Halleria	Médio	Exótica / África
6 <i>Psidium guajava</i> L.	Goiaba	Pequeno	América Tropical
7 <i>Eugenia uniflora</i> L.	Pitanga-roxa	Pequeno	Mata Atlântica
8 <i>Copaifera langsdorffii</i> Desf.	Copaiba ou Pau-de-óleo	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
9 <i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	Jerivá	Médio a grande	Mata Atlântica
10 <i>Plathymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático	Médio a grande	Cerrado, Mata Atlântica
11 <i>Nuxia floribunda</i> Benth.	Nuxia	Médio	Exótica / África
12 <i>Ulmus laevis</i> Pall.	Olmo Branco Europeu	Grande	Exótica / Europa
13 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
14 <i>Fraxinus excelsior</i> L.	Freixo-europeu	Grande	Exótica / Europa
15 <i>Cordia africana</i> Lam.	Cordia-da-abissínia	Médio	África
16 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
17 <i>Halleria lucida</i> L.	Halleria	Médio	Exótica / África
18 <i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira	Grande	Exótica / Sul da Ásia
19 <i>Pinia cauliflora</i> (Mart.) Kausel	Jabuticaba-paulista	Pequeno	Mata Atlântica
20 <i>Eucalyptus botryoides</i> Sm.	Eucalipto	Grande	Exótica / Austrália
21 <i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira	Grande	Exótica / Sul da Ásia

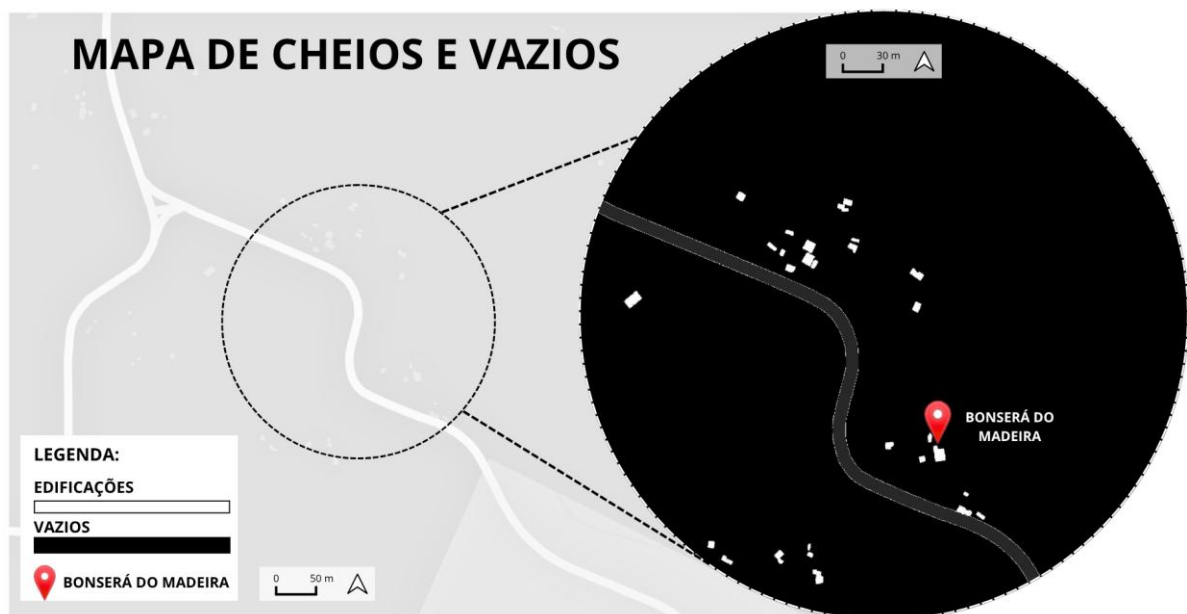


Fonte: Elaborado pela autora a partir Google Maps, Plantnet e Canva (2025)

Reforçando o caráter de elevada cobertura vegetal da área, o mapa de cheios e vazios (Figura 28) evidencia um padrão de ocupação esparsa, característico de zonas rurais com baixo adensamento. As edificações distribuem-se de forma isolada, concentrando-se, predominantemente, ao longo da via principal, que estrutura o espaço.

Predominam as áreas não edificadas, correspondentes a extensos terrenos livres, vegetação e espaços naturais, marcado por reduzida intervenção antrópica. A via principal desempenha papel organizador, orientando a localização das edificações e conformando uma ocupação linear e descontínua.

Figura 28: Mapa de cheios e vazios



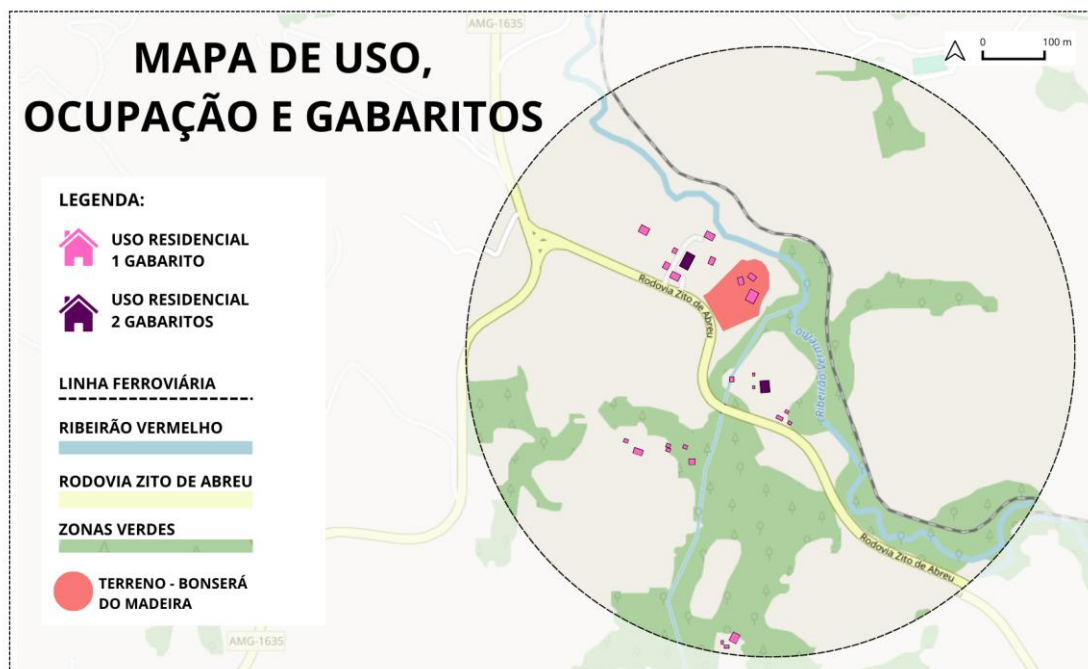
Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap e Google Maps (2025)

A análise do uso do solo e do gabarito das edificações no entorno do Casarão Bonserá do Madeira (Figura 29) confirma essa configuração, marcada pelo predomínio de residências unifamiliares de um ou dois pavimentos.

Tal característica confere à área um ambiente tranquilo, com reduzida interferência antrópica, especialmente no que diz respeito à poluição sonora. A baixa intensidade de ocupação e a ausência de atividades comerciais ou industriais reforçam a atmosfera rural e silenciosa, contribuindo para a valorização do patrimônio e a adequação do uso cultural e educativo proposto.

Destaca-se, no entanto, a presença da Rodovia Zito de Abreu (em amarelo na figura 8), cuja função como via de tráfego regional pode representar um potencial fonte de ruído. Apesar disso, observa-se que a densa arborização existente entre a rodovia e o terreno do casarão atua como uma barreira natural à propagação sonora. A maciça cobertura vegetal, já analisada anteriormente, exerce papel atenuante na transmissão de ruídos, assegurando que a maior parte da poluição sonora gerada pelo tráfego não atinja significativamente a área do projeto.

Figura 29: Mapa de uso, ocupação e gabaritos das edificações existentes



Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap e Google Maps (2025)

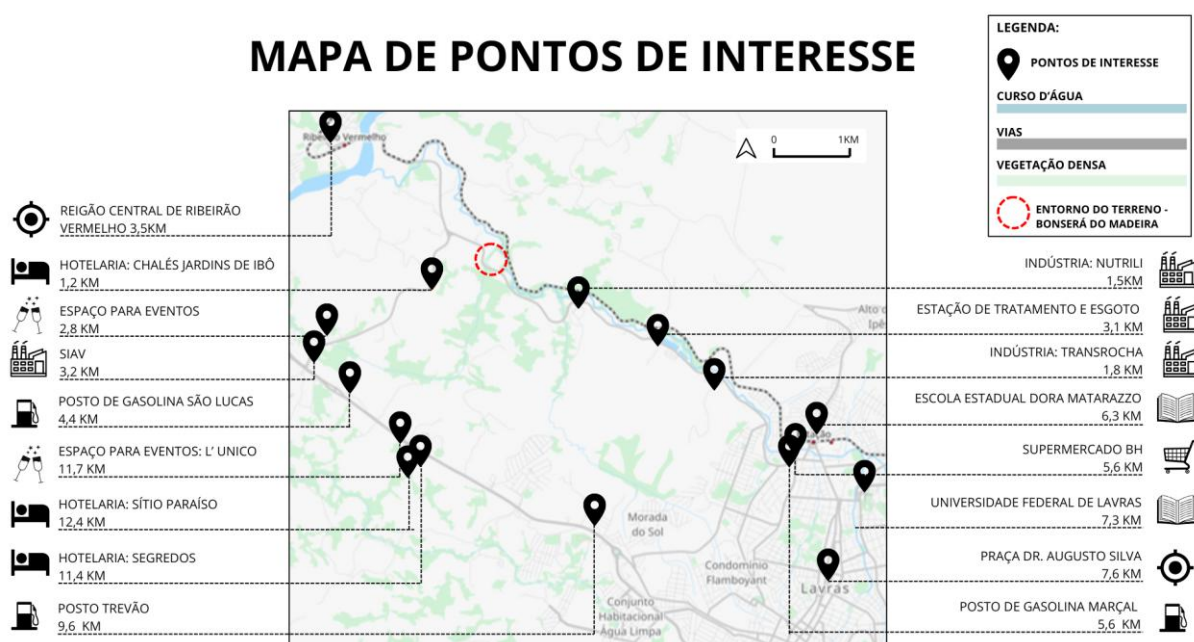
Assim sendo, observa-se uma carência significativa de suporte comercial no entorno imediato do Casarão Bonserá do Madeira, especialmente no que diz respeito a pontos de serviços e apoio para ciclistas, motoristas e caminhoneiros que circulam com frequência pela Rodovia Zito de Abreu. Embora o mapa de pontos de interesse (ver figura 26) indique a existência de postos de combustíveis, todos estão localizados a distâncias relativamente elevadas, sendo o mais próximo, o Posto São Lucas, que está a 4,4 km do terreno.

A ausência de estabelecimentos alimentícios ou de conveniência ao longo da via ressalta uma oportunidade de complementar o programa do complexo turístico-cultural com espaços de acolhimento, como café ou lanchonete, que também atendam à demanda local e ao

fluxo viário. As opções de hospedagem mais próximas, como o Chalés Jardins de Ibó (1,2 km) e o Sítio Paraíso (12,4 km), demonstram viabilidade turística, embora não estejam concentradas nas imediações diretas do casarão. Já os centros urbanos mais próximos — Lavras e Ribeirão Vermelho — encontram-se a 7,6 km e 3,5 km de distância, respectivamente, o que reforça o caráter rural e isolado da área, ao mesmo tempo em que valoriza sua tranquilidade para usos culturais e educativos. Dessa forma, a implantação do complexo pode contribuir para suprir lacunas locais de infraestrutura leve, agregando valor não só ao patrimônio, mas também ao território em que está inserido.

Ademais, a área abriga ainda um conjunto significativo de atividades produtivas, como o SIAV (3,2 km), a estação de tratamento de esgoto (3,1 km) e indústrias de médio porte, como a Nutril (1,5 km) e a Transrocha (1,8 km), que geram fluxo diário de funcionários. Além disso, o município de Lavras se configura como um polo regional de emprego, atraindo trabalhadores de cidades vizinhas, como Ribeirão Vermelho, o que intensifica a migração pendular ao longo da Rodovia Zito de Abreu. Esse cenário reforça o papel estratégico do terreno, situado entre dois núcleos urbanos e dentro de um eixo de dinamismo econômico e circulação diária, ampliando o potencial de impacto positivo do complexo turístico-cultural proposto tanto na valorização patrimonial quanto na oferta de serviços de apoio à população local e em trânsito.

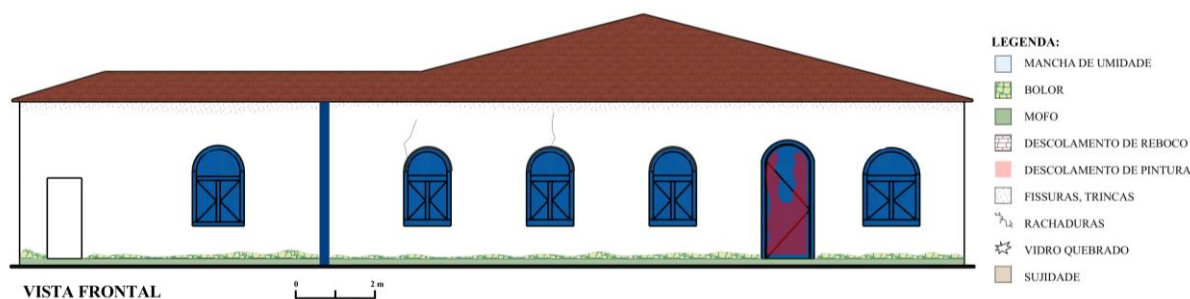
Figura 26: Mapa de pontos de interesse



Fonte: Produzido pela autora a partir do site OpenStreetMap, Google Maps e Canva(2025)

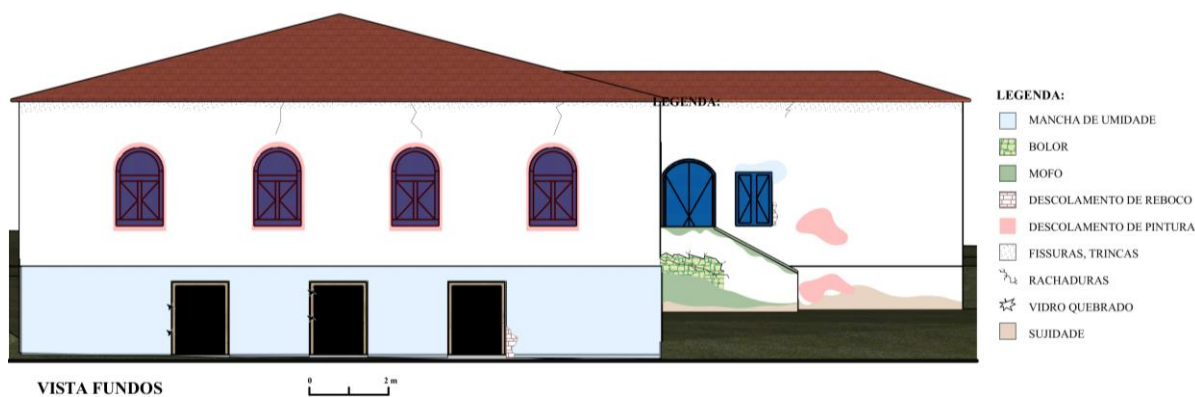
Por fim, é relevante descrever o estado do edifício, com o objetivo de identificar os danos presentes na edificação, a partir de levantamento das fachadas (ver figuras 27, 28, 29 e 30). A representação gráfica das vistas frontal, dos fundos, norte e sul ilustra a localização e a extensão de cada manifestação patológica, utilizando simbologia padronizada. Esse recurso facilita a interpretação dos danos e constitui ferramenta essencial para o planejamento das ações de restauro.

Figura 27: Mapa de danos – Vista frontal (fachada oeste) do casarão Bonserá do Madeira



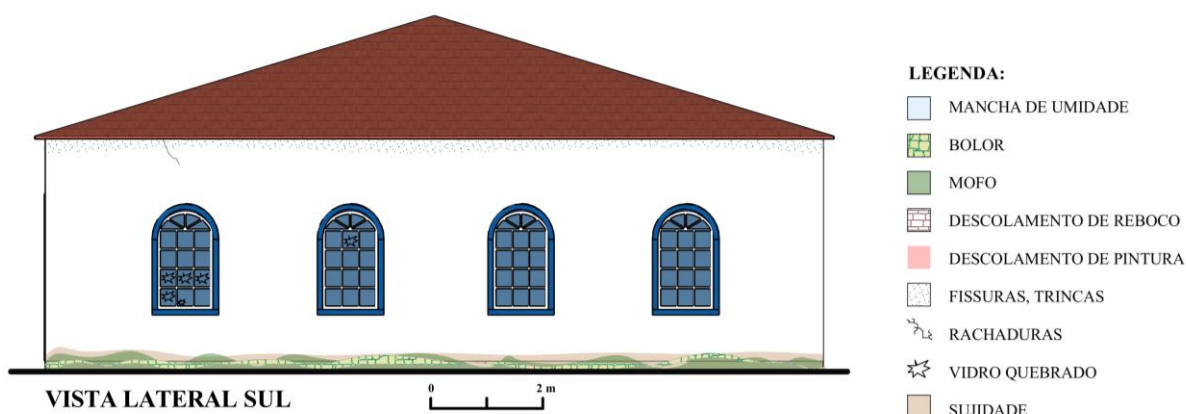
Fonte: Produzido pela autora a partir do software Arhcad (2025)

Figura 28: Mapa de danos – Vista Fundos (fachada leste) do casarão Bonserá do Madeira



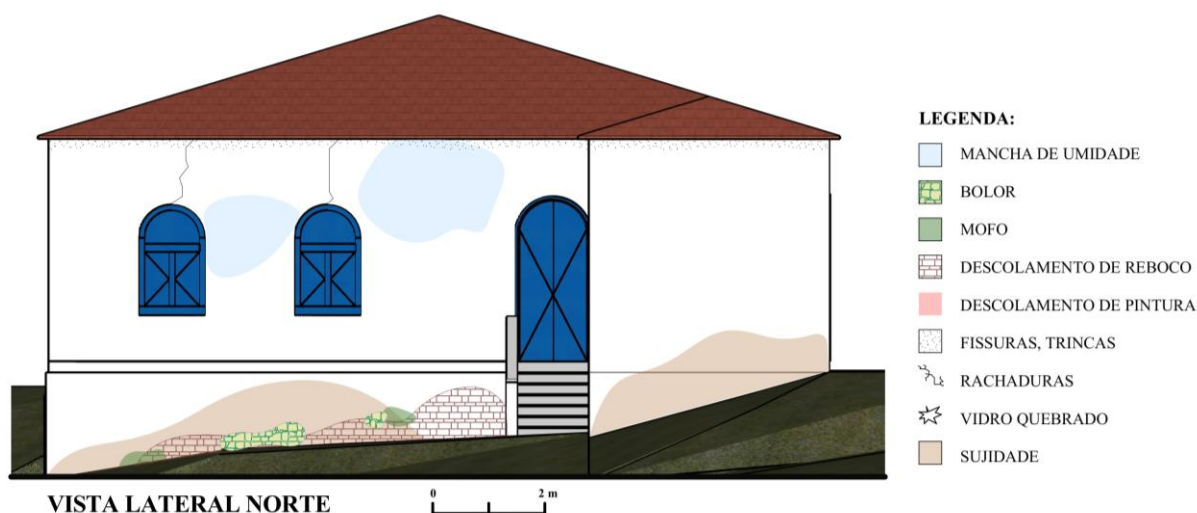
Fonte: Produzido pela autora a partir do software Arhcad (2025)

Figura 29: Mapa de danos – Vista lateral (fachada sul) do casarão Bonserá do Madeira



Fonte: Produzido pela autora a partir do software Arhcad (2025)

Figura 30: Mapa de danos – Vista fundos (fachada norte) do casarão Bonserá do Madeira



Fonte: Produzido pela autora a partir do software Arhcad (2025)

Foram constatadas diversas manifestações patológicas, cuja origem está associada, predominantemente, à presença de umidade, à ausência de manutenção preventiva e ao envelhecimento natural dos materiais. As manchas de umidade (ver imagem 28), localizadas especialmente abaixo das janelas e próximas à base da edificação, evidenciam falhas ou ausência de impermeabilização nas fundações, favorecendo o fenômeno da ascensão capilar.

Imagem 28: Fundos do casarão, evidenciando as manchas de umidade presentes nessa fachada.



Fonte: Produzido pela autora (2025)

A umidade também proporcionou um ambiente propício para o desenvolvimento de bolor e mofo, observados principalmente nos cantos inferiores das paredes, indicando a proliferação de agentes biológicos prejudiciais à saúde e aceleradores da degradação dos componentes construtivos (ver imagem 29). Além disso, verificou-se o descolamento de reboco e pintura, com perda de aderência das camadas de acabamento, decorrente da ação combinada da umidade, da exposição às intempéries e do acúmulo de demãos de tinta aplicadas sem preparo adequado das superfícies.

Imagem 29: Fachada frontal, evidenciando as manchas mofo e danos nas esquadrias.



Fonte: Produzido pela autora (2025)

Observou-se também a deterioração das esquadrias de madeira, afetadas por agentes bióticos como fungos e insetos xilófagos, especialmente cupins, comprometendo a integridade e a funcionalidade desses elementos (ver imagem 29).

Para além, em algumas janelas, constatou-se a quebra ou ausência de vidros, fato que prejudica a vedação contra intempéries, facilita a entrada de umidade e compromete a segurança da edificação (ver imagem 30). Por fim, registrou-se o acúmulo de sujeira nas paredes e nas áreas próximas às janelas, resultante da ação das águas pluviais e da falta de manutenção periódica, o que contribui para a aceleração dos processos de degradação.

Imagem 30: Fachada sul, evidenciando os vidros faltantes ou quebrados



Fonte: Produzido pela autora (2025)

Fissuras e trincas surgem principalmente nas partes superiores das paredes e junto às esquadrias, indicando movimentações diferenciais da alvenaria, possivelmente associadas a recalques estruturais ou variações térmicas. Em alguns pontos, essas manifestações evoluem para rachaduras de maior severidade, como na fachada sul (ver imagem 31).

Imagem 31: Fachada norte, evidenciando-se sujidade e rachaduras.



Imagem 15: Fachada sul, evidenciando os vidros faltantes ou quebrados

A extensão das patologias diagnosticadas reforça a necessidade de um plano de intervenção pautado em critérios técnicos e em boas práticas de conservação, com vistas à preservação das características materiais e simbólicas do bem. A representação gráfica elaborada, com o uso de hachuras e legendas específicas, assegura a sistematização das informações e serve de referência para orientar e fundamentar todas as etapas das futuras ações de restauro, em conformidade com os princípios da preservação do patrimônio arquitetônico.

4.2 Parâmetros Urbanísticos

A área destinada à implantação do projeto localiza-se na Zona de Atividades Econômicas (ZAE), conforme identificado no zoneamento urbano do município de Lavras (ver figura 29). De acordo com o Código de Obras municipal, essa zona é caracterizada como um território voltado predominantemente para usos econômicos de médio e grande porte, como galpões, oficinas, centros de distribuição e estabelecimentos atacadistas.

Figura 29: Zoneamento de Lavras de 2022

ZONEAMENTO URBANO PARÂMETROS URBANÍSTICOS

USO INSTITUCIONAL: ADMITIDO SOB CONDIÇÕES

TESTADA: 360/12

TAXA DE OCUPAÇÃO: 60%



COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO: 1

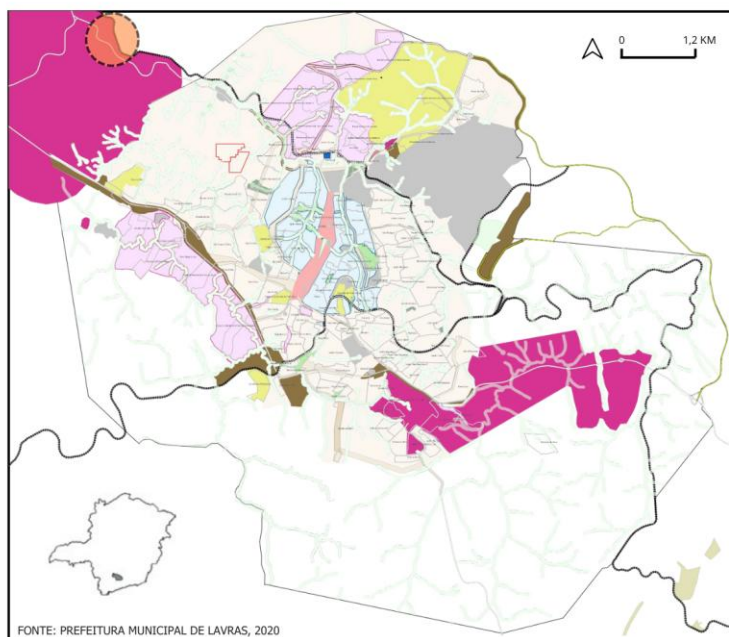
TAXA DE PERMEABILIDADE: 20%

AFASTAMENTO FRONTAL: 5M

AFASTAMENTO LATERAL: 1,5 M

GABARITO: 2

LEGENDA	
	ZONA DE ATIVIDADES ECONÔMICAS
	ENTORNO DO TERRENO - BONSERÁ DO MADEIRA



Fonte: Prefeitura Municipal de Lavras (2022), adaptado pela autora (2025)

A pertinência da proposta de implantação de um museu nessa zona deve, portanto, ser analisada à luz do Quadro de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo Urbano (ver quadro 1). Esse quadro classifica o uso institucional como “admitido sob condições” (AC) na ZAE, o que implica a necessidade de atender a critérios específicos definidos pelo plano diretor e pela legislação urbanística vigente. O uso institucional contempla atividades de interesse coletivo, como equipamentos culturais, educacionais, religiosos e de saúde, sendo o museu um exemplo típico dessa tipologia, por sua função de preservação e promoção do patrimônio histórico e cultural.

Tabela 1: Conformidades de Uso e Ocupação do Solo Urbano

Anexo II – Quadro de Conformidade de Uso e Ocupação do Solo Urbano

ZONAS USOS	ZCE	ZMA	ZMC	ZMI	ZAR	ZAE	ZEP	ZEIS	ZEU
Residencial Unifamiliar	AC	AC	A	A	A	NA	NA	A	A
Residencial Multifamiliar Horizontal	AC	AC	A	A	A	NA	NA	A	A
Residencial Multifamiliar Vertical Baixa Densidade	AC	A	NA	A	NA	NA	NA	AC	A
Residencial Multifamiliar Vertical Média Densidade	A	A	NA	NA	NA	NA	NA	NA	A
Residencial Multifamiliar Vertical Alta densidade	A	NA	NA	NA	NA	NA	NA	NA	A
Econômico de Atendimento Local	A	A	A	A	AC	A	AC	A	A
Econômico de Atendimento Geral	A	A	NA	NA	NA	A	AC	NA	A
Misto	A	A	AC	A	AC	NA	NA	AC	A
Institucional	AC	AC	AC	AC	AC	AC	AC	AC	A
Industrial	NA	NA	NA	NA	NA	AC	AC	NA	AC

A = Admitido;
 NA = Não Admitido;
 AC = Admitido sob Condições.

Fonte: Prefeitura Municipal de Lavras (2022), adaptado pela autora (2025)

Dessa maneira, a implantação do museu na ZAE é viável, desde que se observem os parâmetros urbanísticos determinados para esse tipo de uso, conforme estabelecido no Anexo III do Código de Obras (ver quadro 2). Para o uso institucional, os parâmetros exigem, entre outros aspectos: testada mínima de 12 metros, coeficiente de aproveitamento (CA) igual a 1, taxa de ocupação (TO) de 60%, taxa de permeabilidade (TP) de 20%, afastamento frontal de 5 metros e lateral de 1,5 metro, além de um gabarito máximo de dois pavimentos. Esses critérios devem orientar a elaboração do projeto arquitetônico, assegurando sua conformidade legal e a adequada inserção urbana.

Tabela 2: Parâmetros urbanísticos

Anexo III – Parâmetros Urbanísticos

PARAMETROS USOS	Área Mínima (m²)/ Testada Mínima (m)	TO (%)	CA	TP (%)	Afastamentos (m)			Latarais e de Fundos	GAB
					Frontais				
					Vias Locais	Vias Coletoras	Vias Arteriais e Vias da Zona Central		
Residencial Popular	200/10	70	1,0	10	3,00	3,00	3,00	1,50	2
Residencial Unifamiliar	300/12	65	1,0	10	3,00	3,00	3,00	1,50	2
Residencial Multifamiliar Horizontal	300/12	65	1,5	10	3,00	3,00	3,00	1,50	2
Residencial Multifamiliar Vertical Baixa Densidade	360/12	60	1,5	10	3,00	3,00	3,00	2,00	3
Residencial Multifamiliar Vertical Média Densidade	360/12	60	3,0	10	3,00	3,00	3,00	Artigo 35	6
Residencial Multifamiliar Vertical Alta Densidade	500/15	50	4,0	10	3,00	3,00	3,00	Artigo 35	12
Econômico de Atendimento Local	300/12	70	1,0	10	3,00	3,00	3,00	1,50	2
Econômico de Atendimento Geral	360/12	75	1,5	10	3,00	3,00	3,00	1,50	2
Misto	Segue os parâmetros do uso residencial								
Institucional	360/12	60	1,0	20	3,00	3,00	5,00	1,50	2
Industrial	1.000/20	60	2,0	10	5,00	5,00	10,00	3,00	3
Para os usos permitidos na ZAR	1.000/20	40	0,8	30	5,00	5,00	10,00	3,00	2

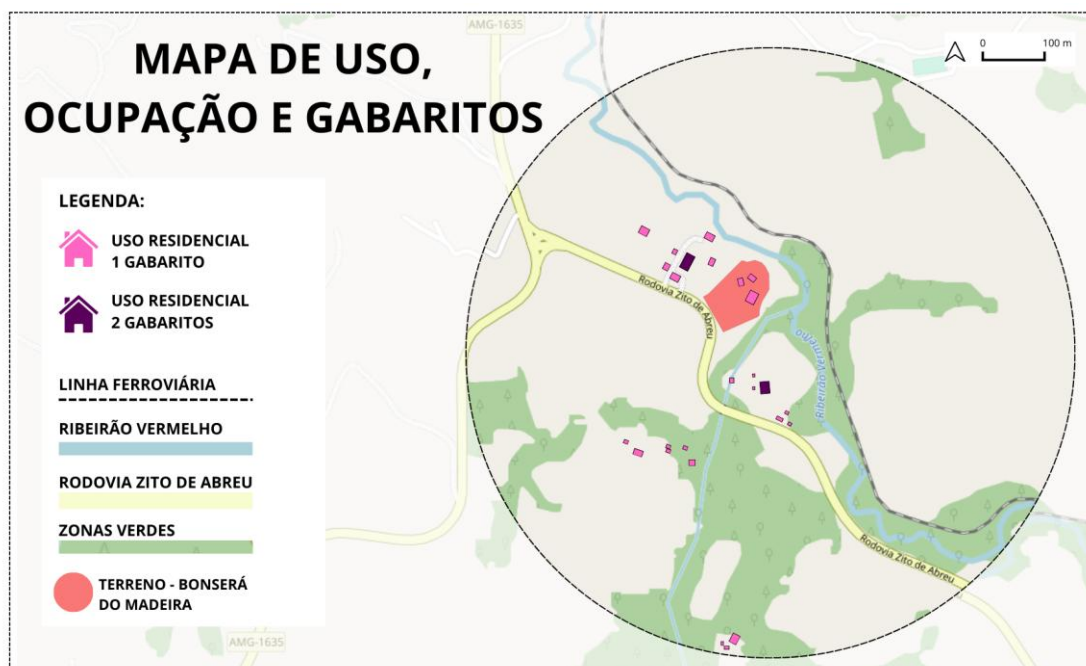
Fonte: Prefeitura Municipal de Lavras (2022), adaptado pela autora (2025)

Além de atender às exigências urbanísticas, a escolha do local se justifica por seu relevante valor histórico-cultural. A edificação corresponde à antiga sede da Fazenda Mato Dentro, fundada no século XVIII por um imigrante português, e situada próxima à antiga residência dos Buenos da Fonseca, fundadores de Lavras. Essa proximidade reforça o vínculo entre o casarão e a origem da cidade. A implantação do museu no local permite a preservação do patrimônio e sua ressignificação como espaço cultural, fortalecendo a identidade local e contribuindo para o desenvolvimento urbano e social do município.

7 CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que a revitalização do Casarão Bonserá do Madeira ultrapassa a dimensão da simples recuperação física de uma edificação histórica; configura-se, antes, como uma intervenção estratégica para a salvaguarda da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural do município de Lavras. A análise da edificação, datada de 1753, confirmou seu inestimável valor arquitetônico como remanescente do período colonial e testemunho da formação da cidade, ao mesmo tempo em que o diagnóstico de danos apontou a urgência de medidas de conservação para estancar o processo de degradação identificado, como infiltrações e descaracterizações pontuais.

Por meio dos estudos de caso — Museu Histórico Abílio Barreto, Casa de Rui Barbosa, Fazenda Narciso e Museu Nacional do Mangalarga Marchador —, demonstrou-se a viabilidade técnica e social da reutilização adaptativa. A pesquisa confirmou que a alteração de uso para um complexo turístico-cultural com enfoque museológico é compatível com a preservação das características originais do imóvel, desde que respeitados os parâmetros de intervenção mínima e reversibilidade. A inserção de novos usos no complexo, como restaurante,



café e espaços expositivos, apresenta-se como a solução mais eficaz para garantir a

sustentabilidade econômica do bem e sua reintegração à dinâmica urbana e social contemporânea.

Além disso, a análise dos parâmetros urbanísticos da Zona de Atividades Econômicas (ZAE) validou a viabilidade legal da implantação de uso institucional no local. A proposta responde diretamente à problemática do desinteresse populacional e da desconexão com a história local, oferecendo um espaço de educação patrimonial que fomenta o sentimento de pertencimento. A integração do patrimônio edificado com a paisagem natural circundante e a infraestrutura turística regional potencializa o desenvolvimento socioeconômico, gerando emprego e renda através do turismo cultural.

Conclui-se, portanto, que a requalificação do Casarão Bonserá do Madeira é imperativa e viável. As diretrizes projetuais apontadas neste trabalho fornecem o embasamento necessário para que o imóvel deixe de ser um vestígio isolado do passado e se consolide como um organismo vivo, capaz de articular história, cultura e lazer. A preservação deste patrimônio assegura que as futuras gerações de lavrenses tenham acesso às suas raízes, reafirmando que a manutenção da memória é condição fundamental para o pleno exercício da cidadania e para o desenvolvimento humano da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício de. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: IPP, 2010.
- ALMG – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Mangalarga Marchador é reconhecido como patrimônio cultural de Minas*. Belo Horizonte: ALMG, 2012. Disponível em: <https://www.almg.gov.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE CULTURA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. *Nossos fundamentos*. Disponível em: <https://www.amcepbr.com/>. Acesso em: 08 mar. 2025.
- BATISTA, Vinícius Ferreira. *Historiografia lavrense*. Lavras: Letras Versos, 2023.
- BENINCASA, Vladimir. *A Casa Rural Paulista: permanências e transformações*. 2008. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18142/tde-14032008-151048/publico/vladimir_benincasa_tese_voll.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Projeto de Lei 4081/2021 — Reconhecimento do cavalo Mangalarga Marchador como patrimônio cultural imaterial do Brasil*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br>. Acesso em: 20 abr. 2025.
- CONSELHO DELIBERATIVO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE LAVRAS. *Revista do Patrimônio Cultural de Lavras*. v. 1, n. 1, 2020. Lavras, MG. Acesso em: 08 mar. 2025.
- CRUZ, Cícero Ferraz. *Fazendas do Sul de Minas Gerais: arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX*. 2008. 182 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2008.

DENISE, Marques Bahia. *A arquitetura política e cultural do tempo histórico na modernização de Belo Horizonte (1940-1945)*. 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/BUOS-8JANZ4>. Acesso em: 20 abr. 2025.

DOMINGOS, Lollobrígida Jr. *Fazenda Narciso: preservação da história e da mais genuína Marcha do cavalo Mangalarga Marchador*. Publicado em: 16 out. 2015. Disponível em: <https://www.revistasemfronteirasMarchador.com/single-post/2015/10/16/fazenda-narciso-preserva%C3%A7%C3%A3o-da-hist%C3%B3ria-e-da-mais-genu%C3%ADna-marcha-do-cavalo-mangalarga-mar>. Acesso em: 20 abr. 2025.

ESTELA, Torres. *Sul de Minas tem museu dedicado ao cavalo Mangalarga Marchador*. Publicação: 23 maio 2024. Disponível em: <https://blogdomadeira.com.br/sul-de-minas-tem-museu-dedicado-ao-cavalo-mangalarga-marchador/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

FERREIRA, Francisco José da Silva. *História de Lavras*. Revista do Archivo Publico Mineiro, v. 16, p. 247–286, 1911. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/1340.pdf. Acesso em: 1 maio 2025.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. *Via acessível motora/física para PCD ao Museu Casa de Rui Barbosa: memorial descritivo*. Responsável técnico: Arq. André Rabelo –

CAU/RJ A25538-6. Rio de Janeiro, 2021. Documento técnico. Código: 389-PE-ARQ-MD-R1.DOCX.

FUNDAÇÃO DARCY RIBEIRO. *Revitalização e restauração do jardim histórico da Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: <https://fundar.org.br/projetos/revitalizacao-e-restauracao-do-jardim-historico-da-casa-de-rui-barbosa>. Acesso em: 22 abr. 2025.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/publicacoes/lista?categoria=30&busca=>. Acesso em: 08 mar. 2025.

IPHAN – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. *Cartilha de Arquitetura Luso-Brasileira*. Brasília: IPHAN, 2023. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MANGALARGA Marchador tem história resguardada em museu no interior de Minas. Publicado em: 30 jun. 2023. Disponível em: <https://cavalus.com.br/racas/mangalarga-marchador/mangalarga-marchador-museu/>. Acesso em: 21 abr. 2025.

MESSIAS, V. C. et al. *Patrimônio cultural de Lavras (MG): valorização e pertencimento / Cultural heritage of Lavras (MG): appreciation and belonging*. Brazilian Journal of Development, v. 6, n. 11, p. 84312–84325, 2020. DOI: <10.34117/bjdv6n11-007>. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/19247>. Acesso em: 08 mar. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Biblioteca de Rui Barbosa*. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/rui-barbosa/biblioteca-de-rui-barbosa>. Acesso em: 22 abr. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Museu Casa de Rui Barbosa*. Disponível em: <https://www.gov.br/casaruibarbosa/pt-br/atuacao/museu>. Publicado em: 12 jul. 2023. Acesso em: 18 abr. 2025.

MUSEU CASA DE RUI BARBOSA. 2021. Disponível em: <https://www.museusdorio.com.br/site/index.php/museus-cidade-do-rio/area-de-planejamento-2/item/76-museu-casa-de-rui-barbosa>. Acesso em: 20 abr. 2025.

OLIVEIRA, Cecília Rodrigues de. *Arquitetura e técnica construtiva em casas de porão alto no Brasil colonial*. Salvador: EDUFBA, 2011.

OLIVEIRA, Tarcisio Dorn; MUSSI, Andréa Quadrado; ENGERROFF, Franciele Zientarski. *A preservação do patrimônio arquitetônico e suas relações com o planejamento e desenvolvimento urbano*. Missioneira, v. 31, n. 1, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v31i1.204>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PESSOA, Ana; FASOLATO, Douglas (Orgs.). *Jardins históricos: intervenção e valorização do patrimônio paisagístico*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016. Disponível em: http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Seminarios/comunicacoes_JardinsHistoricos_2016_5.pdf. Acesso em: 22 abr. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Museu Histórico Abílio Barreto – MHAB*. Criado em: 25 jan. 2018. Atualizado em: 14 abr. 2025. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/museus/mhab>. Acesso em: 16 abr. 2025.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *PBH inaugura exposição “Belo Horizonte Fora dos Planos” no Museu Abílio Barreto*. Publicado em: 10 jul. 2023. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/pbh-inaugura-exposicao-belo-horizonte-fora-dos-planos-no-museu-abilio-barreto>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PREFEITURA DE CRUZÍLIA. *História do Museu Nacional do Cavalo Mangalarga Marchador*. Cruzília: Secretaria Municipal de Cultura, 2024. Disponível em: <https://cruzilia.mg.gov.br/museu-mangalarga-marchador/>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PRADO, Benedito. *História do cavalo Mangalarga Marchador*. Belo Horizonte: Leitura, 1987.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Quadro da arquitetura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2021.

RETES, Bianca; SIQUEIRA, André Cruz Moreno. *As paredes que têm voz: história do Museu Histórico Abílio Barreto*. Revista Arqueologia Pública, Campinas, SP, v. 9, n. 4[14], p. 58–71, 2016. DOI: <10.20396/rap.v9i4.8643521>. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8643521>. Acesso em: 22 abr. 2025.